



**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DA BAHIA – TRE/BA**

RECURSO ADMINISTRATIVO

Pregão Eletrônico nº. 90052/2024

Processo SEI nº. 0017054-51.2024.6.05.8000

UASG nº. 70013

RECORRENTE: GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS ESPECIALIZADOS EM
MÃO DE OBRA, GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E LIMPEZA LTDA

RECORRIDA: SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA

**GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS ESPECIALIZADOS EM MÃO
DE OBRA, GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E LIMPEZA LTDA**, pessoa
jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.685.728/0001-20, com sede à
Avenida Paulista, nº. 807, Conj. 912, Bairro Bela Vista, CEP: 01.311-915, na cidade de
São Paulo/SP, vem, mui respeitosamente, perante V. Sa., por intermédio de seu
representante legal que ao final subscreve, apresentar, em tempo hábil, **RECURSO
ADMINISTRATIVO** em face do ato administrativo que declarou a empresa SEC
SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA vencedora do Pregão
Eletrônico nº. 90052/2024 do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE/BA,
conforme as razões de fato e de direito que serão a seguir delineadas.

1. DOS FATOS

Como é cediço, o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE/BA, por
intermédio de seu Pregoeiro, tornou público o edital do Pregão Eletrônico nº.
90052/2024, cujo objeto é a “*contratação de empresa para prestação de contínua de*

serviços terceirizados, com cessão de mão de obra residente, de apoio administrativo e com fornecimento de materiais e equipamentos necessários para a execução do serviço de preparação e digitalização de documentos, atendimento de clientes internos e externos, e alocação de postos de trabalho de Auxiliar Administrativo, Assistente de Rotinas Administrativas, Gerente e Subgerente de Serviços e Estatístico, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do edital – Termo de Referência”.

Encerrada a fase de lances, a empresa SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA, eventualmente, restou classificada como arrematante do presente procedimento licitatório. Neste sentido, o Douto Pregoeiro passou à análise dos seus documentos de habilitação e proposta ajustada.

Ocorre que, após avaliar a documentação apresentada pela SEC, o Ilustre Julgador optou por declará-la classificada/habilitada e vencedora do Pregão Eletrônico nº. 90052/2024, **apesar de sua proposta ser manifestamente inexequível e da ausência de documentos de habilitação em evidente desconformidade com as exigências do instrumento convocatório.**

Desta feita, conforme será a seguir pormenorizado, **a classificação/habilitação da SEC vai completamente de encontro aos princípios basilares que regem as contratações públicas e os procedimentos licitatórios**, razão pela qual deve ser imediatamente reformado o ato que a declarou vencedora da licitação em tela.

Senão vejamos.

2. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

2.1. DAS IRREGULARIDADES NA PROPOSTA DE PREÇOS DA RECORRIDA – INEXEQUIBILIDADE

Preclaro Pregoeiro, *data máxima vênia*, não consegue se compreender como foi possível se aceitar a proposta de preços apresentada pela empresa recorrida no certame, **na medida que esta se encontra em flagrante descompasso à legislação vigente e aos preços praticados de mercado, sendo manifestamente inexequível, o que indiscutivelmente deveria ter ensejado sua desclassificação.**

A uma, como se pode extrair da Planilha de Custos e Formação de Preços da SEC, esta preencheu o mencionado documento adotando o **regime de desoneração da folha de pagamento**.

Nesse contexto, a recorrida cotou, em sua proposta de preços, a alíquota de **4,50%** (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) a título de **CPRB** –

Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, e reduziu a **zero** as alíquotas correspondentes aos **encargos sociais do INSS**.

Dito isso, é relevante notar que o **objeto da licitação em apreço** consiste na prestação de **serviços de mão de obra terceirizada** de caráter contínuo para atender às necessidades do TRE/BA, especificamente relacionados às funções de Auxiliar Administrativo, Assistente de Rotinas Administrativas, Gerente e Sub-gerente de Serviços e Estatístico, conforme descrito no item 1.1 do Termo de Referência do edital:

1.1. Contratação de pessoa jurídica para prestação contínua de serviços terceirizados, com cessão de mão de obra residente, de apoio administrativo e com fornecimento de materiais e equipamentos necessários para a execução do serviço de preparação e digitalização de documentos, atendimento de clientes internos e externos, com alocação de postos de trabalho de Auxiliar Administrativo, Assistente de Rotinas Administrativas, Gerente e Sub-gerente de Serviços e Estatístico, sob o regime de empreitada por preço global, com vigência de 24 meses, prorrogável a critério do Contratante, para atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência.

Ocorre, Ilustre Pregoeiro, que **os referidos serviços objeto da licitação não se enquadram em nenhuma das atividades sujeitas à desoneração, conforme estabelecido nos Arts. 111 e 112 da IN RFB nº. 2110/2022**, que regulamenta as normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e das contribuições devidas a terceiros. Senão, vejamos:

Art. 111. Estão sujeitos à retenção de que trata o art. 110, se contratados mediante cessão de mão de obra ou empreitada, observado o disposto no art. 114, os serviços de: (Lei nº 8.212, de 1991, art. 31, § 4º; e Regulamento da Previdência Social, de 1999, art. 219, §§ 2º e 3º)

I - Limpeza, conservação ou zeladoria, que se constituam em varrição, lavagem, enceramento ou em outros serviços destinados a manter a higiene, o asseio ou a conservação de praias, jardins, rodovias, monumentos, edificações, instalações, dependências, logradouros, vias públicas, pátios ou de áreas de uso comum;

II - Vigilância ou segurança, que tenham por finalidade a garantia da integridade física de pessoas ou a preservação de bens patrimoniais;

III - construção civil, que envolvam a construção, a demolição, a reforma ou o acréscimo de edificações ou de qualquer benfeitoria agregada ao solo ou ao subsolo ou obras complementares que se integrem a esse conjunto, tais como a reparação de jardins ou de passeios, a colocação de grades ou de instrumentos de recreação, de urbanização ou de sinalização de rodovias ou de vias públicas;

IV - Natureza rural, que se constituam em desmatamento, lenhamento, aração ou gradeamento, capina, colocação ou reparação de cercas, irrigação, adubação, controle de pragas ou de ervas daninhas, plantio, colheita, lavagem, limpeza, manejo de animais, tosquia, inseminação, castração, marcação, ordenamento e embalagem ou extração de produtos de origem animal ou vegetal;

V - Digitação, que compreendam a inserção de dados em meio informatizado por operação de teclados ou de similares; e

VI - Preparação de dados para processamento, executados com vistas a viabilizar ou a facilitar o processamento de informações, tais como o escaneamento manual ou a leitura ótica.

Parágrafo único. Os serviços de vigilância ou segurança prestados por meio de monitoramento eletrônico não estão sujeitos à retenção.

Art. 112. *Estão sujeitos à retenção de que trata o art. 110, se contratados mediante cessão de mão de obra, observado o disposto no art. 114, os serviços de:* (Lei nº 8.212, de 1991, art. 31, § 4º; e Regulamento da Previdência Social, de 1999, art. 219, § 2º)

I - Acabamento, que envolvam a conclusão, o preparo final ou a incorporação das últimas partes ou dos componentes de produtos, para o fim de colocá-los em condição de uso;

II - Embalagem, relacionados com o preparo de produtos ou de mercadorias, com vistas à preservação ou à conservação de suas características para transporte ou guarda;

III - acondicionamento, que compreendam os serviços envolvidos no processo de colocação ordenada dos produtos para seu armazenamento ou transporte, a exemplo de sua colocação em paletes, empilhamento, amarração, dentre outros;

IV - Cobrança, que objetivem o recebimento de quaisquer valores devidos à empresa contratante, ainda que executados periodicamente;

V - Coleta ou reciclagem de lixo ou de resíduos, que envolvam a busca, o transporte, a separação, o tratamento ou a

transformação de materiais inservíveis ou resultantes de processos produtivos, exceto quando realizados com a utilização de equipamentos tipo contêineres ou caçambas estacionárias;

VI - Copa, que envolvam a preparação, o manuseio e a distribuição de todo ou de qualquer produto alimentício;

VII - hotelaria, que concorram para o atendimento ao hóspede em hotel, pousada, paciente em hospital, clínica ou em outros estabelecimentos do gênero;

VIII - corte ou ligação de serviços públicos, que tenham como objetivo a interrupção ou a conexão do fornecimento de água, de esgoto, de energia elétrica, de gás ou de telecomunicações;

IX - Distribuição, que se constituam em entrega, em locais predeterminados, ainda que em via pública, de bebidas, de alimentos, de discos, de panfletos, de periódicos, de jornais, de revistas ou de amostras, dentre outros produtos, mesmo que distribuídos no mesmo período a vários contratantes;

X - Treinamento e ensino, assim considerados como o conjunto de serviços envolvidos na transmissão de conhecimentos para a instrução ou para a capacitação de pessoas;

XI - entrega de contas e de documentos, que tenham como finalidade fazer chegar ao destinatário documentos diversos tais como, conta de água, conta de energia elétrica, conta de telefone, boleto de cobrança, cartão de crédito, mala direta ou similares;

XII - ligação de medidores, que tenham por objeto a instalação de equipamentos destinados a aferir o consumo ou a utilização de determinado produto ou serviço;

XIII - leitura de medidores, aqueles executados, periodicamente, para a coleta das informações aferidas por esses equipamentos, tais como a velocidade (radar), o consumo de água, de gás ou de energia elétrica;

XIV - manutenção de instalações, de máquinas ou de equipamentos, quando indispensáveis ao seu funcionamento regular e permanente e desde que mantida equipe à disposição da contratante;

XV - Montagem, que envolvam a reunião sistemática, conforme disposição predeterminada em processo industrial ou artesanal, das peças de um dispositivo, de um mecanismo ou de qualquer objeto, de modo que possa funcionar ou atingir o fim a que se destina;

XVI - operação de máquinas, de equipamentos e de veículos relacionados com a sua movimentação ou funcionamento, que

envolvam serviços do tipo manobra de veículo, operação de guindaste, painel eletroeletrônico, trator, colheitadeira, moenda, empilhadeira ou caminhão fora de estrada;

XVII - operação de pedágio ou de terminal de transporte, que envolvam a manutenção, a conservação, a limpeza ou o aparelhamento de terminal de passageiros terrestre, aéreo ou aquático, de rodovia, de via pública, e que envolvam serviços prestados diretamente aos usuários;

XVIII - operação de transporte de passageiros, inclusive nos casos de concessão ou de subconcessão, que envolvam o deslocamento de pessoas por meio terrestre, aquático ou aéreo;

XIX - portaria, recepção ou ascensorista, realizados com vistas ao ordenamento ou ao controle do trânsito de pessoas em locais de acesso público ou à distribuição de encomendas ou de documentos;

XX - Recepção, triagem ou movimentação, relacionados ao recebimento, à contagem, à conferência, à seleção ou ao remanejamento de materiais;

XXI - promoção de vendas ou de eventos, que tenham por finalidade colocar em evidência as qualidades de produtos ou a realização de shows, de feiras, de convenções, de rodeios, de festas ou de jogos;

XXII - secretaria e expediente, quando relacionados com o desempenho de rotinas administrativas;

XXIII - saúde, quando prestados por empresas da área da saúde e direcionados ao atendimento de pacientes, com o objetivo de avaliar, recuperar, manter ou melhorar o estado físico, mental ou emocional desses pacientes; e

XXIV - telefonia ou de telemarketing, que envolvam a operação de centrais ou de aparelhos telefônicos ou de teleatendimento.

Observe-se que o objeto do presente pregão eletrônico simplesmente NÃO está enquadrado em qualquer atividade que faz jus à desoneração de folha. Pelo contrário, este engloba serviços que estão totalmente excluídos dos benefícios tributários deste regime especial.

Desse modo, a SEC não pode se beneficiar da contribuição previdenciária substitutiva prevista no art. 8º da Lei nº 12.546/2011, estando sujeita exclusivamente ao critério misto de recolhimento estabelecido no § 1º do art. 9º da mesma lei.

Com efeito, embora o objeto da licitação não seja contemplado pela desoneração, a SEC não estava impedida de participar do certame. **No entanto, não poderia aplicar tão somente as alíquotas diminutas, como feito.**

Ora, Preclaro Pregoeiro, conforme evidenciado no Art. 9º da Lei nº. 12.546/2011, o benefício da desoneração de folha só pode ser utilizado pelas empresas optantes desse regime tributário **nos casos em que as atividades econômicas exploradas que não fazem jus a ele representarem ATÉ 5,00% (cinco por cento) de sua receita bruta.** Senão, vejamos o que prevê o referido diploma legal:

“Art. 9º [...].

§ 1º No caso de empresas que se dedicam a outras atividades além das previstas nos arts. 7º e 8º, o cálculo da contribuição obedecerá:

I - Ao disposto no caput desses artigos quanto à parcela da receita bruta correspondente às atividades neles referidas; e

II - Ao disposto no art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, reduzindo-se o valor da contribuição dos incisos I e III do caput do referido artigo ao percentual resultante da razão entre a receita bruta de atividades não relacionadas aos serviços de que tratam o caput do art. 7º desta Lei ou à fabricação dos produtos de que tratam os incisos VII e VIII do caput do art. 8º desta Lei e a receita bruta total.

[...]

§ 4º Para fins de cálculo da razão a que se refere o inciso II do § 1º, aplicada ao 13º (décimo terceiro) salário, será considerada a receita bruta acumulada nos 12 (doze) meses anteriores ao mês de dezembro de cada ano-calendário.

*§ 5º O disposto no § 1º aplica-se às empresas que se dediquem a outras atividades, além das previstas nos arts. 7º e 8º, **somente se a receita bruta decorrente de outras atividades for superior a 5% (cinco por cento) da receita bruta total.***

§ 6º Não ultrapassado o limite previsto no § 5º, a contribuição a que se refere o caput dos arts. 7º e 8º será calculada sobre a receita bruta total auferida no mês.”

Por outro lado, uma empresa que **explora atividades que se podem sujeitar a desoneração da folha de pagamentos e, concomitantemente, atividades que não se podem sujeitar este regime, se comprovadamente optar por este regime em relação às primeiras e auferir mais de 5% da receita bruta total com as segundas, terá de recolher as contribuições previdenciárias patronais nos moldes previstos pelos §§ 1º e 4º do art. 9º da Lei nº 12.546/2011.**

A Receita Federal do Brasil, em diversas soluções de consultas, manifesta o entendimento no sentido de que **a empresa submetida ao regime misto de atividade desonerada e não desonerada**, para fins de apuração da contribuição previdenciária devida sobre folha de pagamento, **deverá aplicar regra descrita no inciso II do §1º do art. 9º da Lei nº 12.546, de 2011, utilizando como base de cálculo o valor total das remunerações pagas, devidas ou creditadas**, durante o mês, de todos os seus segurados empregados, trabalhadores avulsos contribuintes individuais:

“Na hipótese de empresas que se dediquem outras atividades cumulativamente com prestação de serviços de TI de TIC, base de cálculo da contribuição previdenciária de que trata inciso II do 12 do art. 92 da Lei nº 12.546/2011 será o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas aos segurados empregados, trabalhadores avulsos contribuintes individuais pela prestação de serviços em todas as atividades da empresa, observada proporcionalidade entre receita bruta relativa às outras atividades receita total.”

(Solução de Consulta nº 38 - Disit/SRRFO1 – 27/07/2012)

“23. A empresa submetida ao regime misto, para fins de apuração da contribuição previdenciária devida sobre folha de pagamento, deverá aplicar regra descrita no inciso II do §1º do art. 9º da Lei nº 12.546, de 2011, utilizando como base de cálculo valor total das remunerações pagas, devidas ou creditadas, durante mês, todos os seus segurados empregados, trabalhadores avulsos contribuintes individuais, independentemente de estarem relacionados ou não com as atividades substituídas ou não.”

(Solução de Consulta nº 20 – Cosit – 04/11/2013)

“31. empresa submetida ao regime misto, para fins de apuração da contribuição previdenciária devida sobre a folha de pagamento, deverá aplicar regra descrita no inciso II do §1º do art. 9º da Lei nº 12.546, de 2011, utilizando como base de cálculo valor total das remunerações pagas, devidas ou creditadas, durante mês, todos os seus segurados empregados, trabalhadores avulsos contribuintes individuais, independentemente de estarem relacionados ou não com as atividades substituídas ou não.”

(Solução de Consulta nº 78 – Cosit – 28/03/2014)

“11 Diante do exposto, conclui-se que, se uma empresa estiver sujeita ao cálculo da contribuição previdenciária na forma do 1º

do art. 92 da Lei no 12.546, de 2011, as contribuições previstas nos incisos III do caput do art. 22 da Lei ns 8.212, de 1991, com redução prevista no inciso II do citado § 1º, incidem sobre toda sua folha de pagamento, inclusive sobre referente obra de construção civil particular destinada uso próprio executada com mão de obra própria. 50. Na fundamentação da Solução de Consulta ns 154/2015, Cosit foi ainda mais enfática: 8. Importante observar que redução proporcional prevista no inciso II do §1º deve ser aplicada sobre valor da contribuição dos incisos III do art. 22 da Lei n2 8.212, de 1991, referente toda folha de pagamento da empresa, compreendendo todos os seus setores, atividades estabelecimentos.”
(Solução de Consulta nº 154 – Cosit – 17/06/2015)

Dessa forma, na hipótese em apreço, a base de cálculo de tal tributo, em relação às atividades que **não podem sujeitar-se à desoneração da folha de pagamentos**, seria o total de remunerações pagas, devidas ou creditadas aos empregados (ou prestadores de serviços) que exercem todas as atividades exploradas por estas empresas, pouco importando se tais atividades poderão sujeitar-se ou não desoneração da folha de pagamentos.

O Parecer nº. 11/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU da Advocacia-Geral da União, que trata da matéria em testilha, resume bem como devem ser utilizadas as alíquotas para empresas que atuam com atividade desonerada e não desonerada:

“44. De acordo com a Solução de Consulta nº. 38/2012 da Disit/SRRF01, a contribuição previdenciária patronal das empresas que exploram, concomitantemente, atividades que podem sujeitar-se e atividades que não podem sujeitar-se à desoneração da folha de pagamentos será calculada da seguinte maneira:

a) em relação às atividades que podem sujeitar-se à desoneração da folha de pagamentos, mediante aplicação da alíquota prevista pela Lei nº 12.546/2011 sobre a receita bruta atividades;

b) em relação às atividades que não podem sujeitar-se à desoneração da folha de pagamentos, mediante aplicação de alíquota específica sobre o total de remunerações pagas, devidas ou creditadas aos empregados ou prestadores de serviços que exercem todas as atividades exploradas por estas empresas, suscetíveis ou não de aplicação do regime de desoneração da folha de pagamentos;

c) a alíquota específica mencionada na letra 'b' é o produto que resulta da multiplicação da alíquota prevista pela Lei nº. 8.212/1991 pelo quociente entre a receita bruta das atividades que não podem sujeitar-se à desoneração da folha de pagamentos (de um lado) e a receita bruta total (de outro).”

Mas como esse posicionamento da RFB repercute na formação da planilha de composição de custos da licitação em apreço? **Na hipótese, NÃO BASTARÁ ao licitante, nas planilhas de custos e formação de preços, zerar rubrica relativa à contribuição previdenciária patronal incidente sobre remuneração devida ao empregado (denominada de “INSS”) e, em contrapartida, incluir na aba tributos uma rubrica relativa contribuição previdenciária incidente sobre receita bruta.**

Ora, sobre as remunerações dos empregados colocados à disposição da Administração, ainda que não exerçam atividades sujeitas a desoneração da folha de pagamentos, continua incidir a contribuição previdenciária patronal de que trata artigo 22 da Lei nº 8.212/1991.

Apesar da alíquota da contribuição previdenciária não ser de 20%, o contribuinte deverá dividir a receita bruta das atividades que não podem sujeitar-se à desoneração da folha de pagamentos pela receita bruta total e, em seguida, multiplicar-se-á este quociente pela alíquota prevista pela Lei nº. 8.212/1991, de modo a reduzi-la.

Sendo assim, evidencia-se que, nas planilhas de custos e formação de preços confeccionadas por licitante que exerça atividades que podem sujeitar-se desoneração da folha de pagamentos, concomitantemente atividades que não podem sujeitar-se este regime, que comprovadamente haja optado pela desoneração em relação às primeiras atividades, a rubrica denominada “INSS” terá valor maior do que zero, sem prejuízo da inserção de uma rubrica relativa à contribuição previdenciária incidente sobre a receita bruta.

Ressalte-se que o próprio Tribunal de Contas da União reconhece essa tese, inclusive tomando como fundamento o entendimento da Receita Federal do Brasil:

“2. Nesse contexto, justifica-se sim a revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, mediante alteração das planilhas de custo e de formação de preços, atentando-se para os efeitos retroativos às datas de início da aludida desoneração. Da mesma forma, também se justificam providências no sentido de obter administrativamente o ressarcimento dos valores pagos a maior em relação aos

contratos de prestação de serviços já encerrados firmados com empresas beneficiadas pela desoneração.

3. Apenas a título de complementarão ao que restou consignado no voto apresentado pelo Ministro José Múcio, impende ressaltar que a revisão mediante aplicação direta da alíquota sobre a receita bruta ("faturamento") pode ser considerada inapropriada, em face da possibilidade de realização, pela empresa, de outras atividades não desoneradas, a ensejar o cálculo ponderado da contribuição previdenciária, conforme esclarece a Solução de Consulta nº 38 - SRRFOL/Disit (Receita Federal do Brasil), cuja ementa julgo oportuno transcrever:

‘Solução de Consulta 38 RFB:

EMENTA- Na hipótese de empresas que se dediquem a outras atividades cumulativamente com a prestação de serviços de TI e de TIC a base de cálculo da contribuição previdenciária de que trata o

inciso II do §1º do art. 9º e da Lei nº 12.546/2011 será o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais pela prestação de serviços em todas as atividades da empresa, observada a proporcionalidade entre a receita bruta relativa às outras atividades e a receita total.

(<http://decisoes.fazenda.gov.br/netahtml/decisoes/decw/pequisaSOL.htm> - acesso em 1.10.2013)’

[...]

6. Em apertada síntese, não se pode concluir simplesmente que, em substituição às contribuições destinadas à seguridade social a cargo das empresas beneficiadas - de 20% sobre a remuneração dos segurados -, as novas contribuições incidirão em alíquotas que variam entre 1% e 2,5% sobre o valor da receita bruta daquelas empresas. Deve-se atentar também para o fato de a empresa contratada realizar outras atividades não desoneradas, situação em que se fará necessário efetuar o cálculo ponderado da contribuição previdenciária.”

Feitas essas considerações, deve-se verificar que, conforme informações constantes do balanço patrimonial apresentado pela SEC, esta realizou sim atividades não desoneradas cujo faturamento decorrente ultrapassou o limite de 5% da sua receita bruta total.

Em suma, a planilha de preços apresentada na licitação deve refletir todos os custos da empresa durante a execução do contrato. Se, diante da contratação, a

SEC vai ultrapassar indubitavelmente o limite legal para atividade não desonerada, como se demonstrou, acarretando consequências e alterações em seu recolhimento tributário, tais mudanças já deveriam ter sido contempladas na proposta da empresa, pois serão seus custos efetivos e reais.

Faz-se imprescindível destacar que esse entendimento é corroborado por práticas adotadas em outros certames, a exemplo dos Pregões Eletrônicos nº 90056/2024 e nº 90065/2024, ambos realizados pelo Banco do Nordeste do Brasil.

Afinal, nos supracitados procedimentos licitatórios, as licitantes que apresentaram propostas com base na desoneração da folha de pagamento foram instruídas a recalculá-las sem considerar tal benefício, em razão do objeto desses torneios englobarem atividades que não se enquadram como hipótese de aplicação deste regime especial.

A título de demonstração, cite-se os pareceres dos Pregoeiros nos mencionados torneios:

Pregão Eletrônico nº. 90056/2024 do BNB/RN

Sistema para o participante 08.058.775/0001-20	08/07/2024 15:11:38	• A licitante estimou 0,00% para o encargo INSS e indicou 2,25% para o tributo sobre o faturamento CPRB, sendo que identificamos que a atividade objeto da presente licitação não se enquadra no rol de desoneração da folha de pagamento, conforme o art. 111 e 112 da IN RFB nº 2110/2022.
Sistema para o participante 08.058.775/0001-20	08/07/2024 15:11:49	(cont.) Sendo assim, a licitante não estará sujeita à contribuição previdenciária substitutiva de que trata o art. 8º da Lei nº 12.546, de 2011, e submetida ao critério misto de recolhimento previsto no § 1º do art. 9º dessa mesma Lei
Sistema para o participante 08.058.775/0001-20	08/07/2024 15:11:56	• Diante dos fatos, recomendamos uma atualização da proposta, removendo a desoneração da folha e recalculando os encargos trabalhistas de acordo com as alíquotas estabelecidas pela legislação tributária aplicável.

Pregão Eletrônico nº. 90065/2024 do BNB/CE

Sistema para o participante 07.094.346/0001-45	01/08/2024 10:14:49	• A licitante estimou 0,00% para o encargo INSS e indicou 4,50% para o tributo sobre o faturamento CPRB, sendo que identificamos que a atividade objeto da presente licitação não se enquadra no rol de desoneração da folha de pagamento, conforme o art. 111 e 112 da IN RFB nº 2110/2022. Sendo assim, a licitante não estará sujeita à contribuição previdenciária substitutiva de que trata o art. 8º da Lei nº 12.546, de 2011, e (...)
Sistema para o participante 07.094.346/0001-45	01/08/2024 10:15:28	(...) e submetida ao critério misto de recolhimento previsto no § 1º do art. 9º dessa mesma Lei: Art. 9º Para fins do disposto nos arts. 7º e 8º desta Lei: (...)
Sistema para o participante 07.094.346/0001-45	01/08/2024 10:16:02	§ 1º No caso de empresas que se dedicam a outras atividades além das previstas nos arts. 7º e 8º, o cálculo da contribuição obedecerá: I - ao disposto no caput desses artigos quanto à parcela da receita bruta correspondente às atividades neles referidas; e II - ao disposto no art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, reduzindo-se o valor da contribuição dos incisos I e III do caput do

Sistema para o participante 07.094.346/0001-45	01/08/2024 10:16:02	referido artigo ao percentual resultante da (...)
Sistema para o participante 07.094.346/0001-45	01/08/2024 10:16:23	(...) razão entre a receita bruta de atividades não relacionadas aos serviços de que tratam o caput do art. 7º e o § 3º do art. 8º ou à fabricação dos produtos de que trata o caput do art. 8º e a receita bruta total. (sublinhou-se).
Sistema para o participante 07.094.346/0001-45	01/08/2024 10:16:41	• Diante dos fatos, recomendamos uma atualização da proposta, removendo a desconexão da folha e recalculando os encargos trabalhistas de acordo com as alíquotas estabelecidas pela legislação tributária aplicável.

Dessa forma, ao zerar a rubrica INSS da planilha de custos e formação de preços, **sem respaldo legal para tanto**, pois a adição do contrato em tela já faria a empresa modificar a forma como recolhe a contribuição previdenciária, **a SEC descumpriu a legislação e, por conseguinte o edital.**

O Tribunal de Contas da União já se manifestou no sentido de que as proponentes devem obedecer a legislação tributária e o regime adotado no preenchimento da planilha de custo e formação de preços:

“Os licitantes devem apresentar propostas de preços contendo todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.”

(Acórdão 4740/2009-Segunda Câmara | Relator: ANDRÉ DE CARVALHO)

“A Administração deve incluir nos editais de licitação a alíquota correta do Imposto Sobre Serviços (ISS), conforme legislação local vigente, evitando a utilização de alíquotas irreais.”

(Acórdão 2133/2010-Plenário | Relator: AROLDO CEDRAZ)

“A Administração não deve fixar em editais de licitação as alíquotas do PIS/Finsocial, COFINS e IRPJ, pois as bases de cálculo e alíquotas podem variar de acordo com o regime de incidência e tipo de tributação. Os percentuais de CSLL, CPMF e ISS devem ser considerados nos montantes compatíveis com a legislação tributária em vigor na época do lançamento do edital.”

(Acórdão 697/2006-Plenário | Relator: UBIRATAN AGUIAR)

“Não se admite proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o

Pedido de Cotação Eletrônica não tenha estabelecido limites mínimos.”

(Acórdão 1845/2006 Primeira Câmara)

É pertinente ressaltar que os preços unitários ofertados pela empresa poderão render ensejo a graves danos aos cofres do ente licitante, tendo em vista a afronta aos ditames legais. A cotação de valor irrisório poderá, no decorrer do contrato, prejudicar a continuidade dos serviços, a qual poderá utilizar a provisão de verbas essenciais para adimplir a contribuição previdenciária cotada aquém do necessário.

Assim, resta demonstrado que a proposta da SEC deveria levar em conta os requisitos, quantidades e percentuais definidos no instrumento convocatório, bem como os valores praticados no mercado, sob pena de estipular valores irrisórios, os quais certamente provocarão prejuízos durante a execução do contrato.

A cotação de valor zero, irrisório e incompatível com os preços praticados no mercado, finda por ilicitamente permitir a redução dos custos estimados pela licitante, garantindo meio escuso de obter vantagem em relação aos demais concorrentes, os quais praticam valores condizentes com o mercado. Nos termos em que já exposto, prejudicará seriamente a administração, bem como os obreiros, a classificação da proposta da empresa ora recorrida.

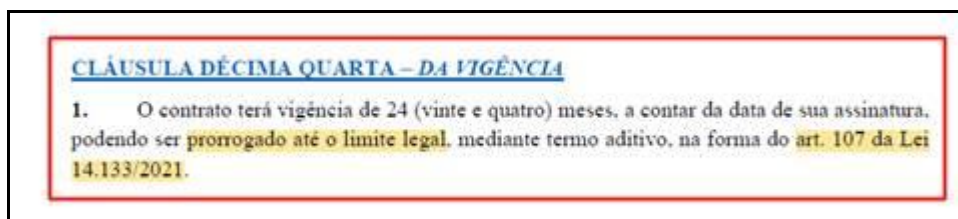
Diante do exposto, cumpre que a proposta ofertada pela empresa SEC seja desclassificada, pois a execução do contrato decorrente do presente pregão fará com que a empresa supere o limite de 5% da receita bruta com faturamento de atividade não contemplada pelo regime de desoneração da folha, devendo adotar para esses serviços a contribuição sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais pela prestação de serviços em todas as atividades da empresa declarada vencedora do certame.

Assevere-se que, ao apresentar sua proposta aplicando a alíquota de 4,50% para a CPRB e reduzindo o percentual relativo ao INSS a zero, a SEC não apenas infringe as normas legais, mas também fere o princípio da isonomia.

Ora, ao se valer indevidamente do benefício da desoneração da folha de pagamento, a SEC obtém uma vantagem competitiva desleal, em detrimento das demais licitantes, que calcularam suas propostas com base em suas respectivas realidades fiscais.

Ademais, é pertinente ressaltar que, conforme disposto na Cláusula Décima Quarta da Minuta do Contrato do edital, **o contrato terá duração de 2 (dois) anos,**

podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, na forma do Art. 107 da Lei nº. 14.133/2021:



Ocorre, Douto Pregoeiro, que, em 16/09/2024 o Presidente da República sancionou nova Lei Federal determinando que, a partir de 2025, a desoneração da folha de pagamento será progressivamente extinta.

Trata-se da Lei nº. 14.973/2024 que, estendeu a desoneração de folha da forma como é atualmente apenas até o dia 31 de dezembro de 2024 e, após essa data, instituiu um regime de transição até o encerramento definitivo de tal benefício fiscal. Vejamos as regras que foram introduzidas na Lei nº. 12.546/2011:

Art. 7º Até 31 de dezembro de 2024, poderão contribuir, com aplicação das alíquotas previstas no art. 7º-A, sobre o valor da receita bruta, excluídos as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição total às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991: (Redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024)

[...]

Art. 9º-A. Nos exercícios de 2025 a 2027, as empresas referidas nos arts. 7º e 8º desta Lei poderão contribuir sobre o valor da receita bruta, excluídos as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição parcial às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, sendo tributadas de acordo com as seguintes proporções:

I – de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2025:

- a) 80% (oitenta por cento) das alíquotas estabelecidas nos arts. 7º-A e 8º-A desta Lei; e*
- b) 25% (vinte e cinco por cento) das alíquotas previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;*

II – de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2026:

- a) 60% (sessenta por cento) das alíquotas previstas nos arts. 7º-A e 8º-A desta Lei; e*

b) 50% (cinquenta por cento) das alíquotas previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e

III – de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2027:

a) na proporção de 40% (quarenta por cento) das alíquotas previstas nos arts. 7º-A e 8º-A desta Lei; e

b) 75% (setenta e cinco por cento) das alíquotas previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 1º A partir de 1º de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2027, para fins de cálculo do valor devido sob o regime da substituição parcial de que trata o caput deste artigo, as contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, não incidirão sobre as remunerações pagas, devidas ou creditadas a título de décimo terceiro salário.

§ 2º A partir de 1º de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2027, o valor da contribuição calculada nos termos do inciso II do § 1º do art. 9º será acrescido do montante resultante da aplicação das proporções a que se referem a alínea “b” do inciso I, a alínea “b” do inciso II e a alínea “b” do inciso III do caput deste artigo.

Em resumo, é a elucidativa tabela divulgada pela Câmara dos Deputados:

Alíquotas de transição e base de cálculo

	2024	2025		2026		2027		2028 em diante
	RB ¹	RB	folha ²	RB ¹	folha ²	RB ¹	folha ²	folha ²
Serviços de TI e TIC	4,5%	3,6%	5%	2,7%	10%	1,8%	15%	20%
Obras de construção civil	4,5%	3,6%	5%	2,7%	10%	1,8%	15%	20%
Obras de infraestrutura	4,5%	3,6%	5%	2,7%	10%	1,8%	15%	20%
Call center	3%	2,4%	5%	1,8%	10%	1,2%	15%	20%
Transporte coletivo rodoviário de passageiros	2%	1,6%	5%	1,2%	10%	0,8%	15%	20%
Transporte ferroviário de passageiros	2%	1,6%	5%	1,2%	10%	0,8%	15%	20%
Transporte metroviário de passageiros	2%	1,6%	5%	1,2%	10%	0,8%	15%	20%
Carnes em geral e peixes	1%	0,8%	5%	0,6%	10%	0,4%	15%	20%
Empresas jornalísticas e de radiodifusão	1,5%	1,2%	5%	0,9%	10%	0,6%	15%	20%
Transporte rodoviário de cargas	1,5%	1,2%	5%	0,9%	10%	0,6%	15%	20%
Vestuário usado	1,5%	1,2%	5%	0,9%	10%	0,6%	15%	20%
Calçados	1,5%	1,2%	5%	0,9%	10%	0,6%	15%	20%
Vans e ônibus	1,5%	1,2%	5%	0,9%	10%	0,6%	15%	20%
Caminhões especiais	2,5%	2%	5%	1,5%	10%	1%	15%	20%
Vestuário e materiais têxteis	2,5%	2%	5%	1,5%	10%	1%	15%	20%
Couros	2,5%	2%	5%	1,5%	10%	1%	15%	20%
Tubos, reservatórios, motores a pistão, caldeiras, turbinas, equipamentos de laboratório, guindastes, máquinas agropecuárias, diversos tipos de máquinas e ferramentas, equipamentos de ginástica	2,5%	2%	5%	1,5%	10%	1%	15%	20%

(¹) Incide sobre a receita bruta obtida com serviço ou produto

(²) Incide sobre a folha de salários dos envolvidos na atividade

Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1096348-camara-dos-deputados-aprova-fim-gradual-da-desoneracao-da-folha-de-pagamento/>

Observe-se que haverá uma retomada gradual da tributação sobre as folhas de pagamento, sem a possibilidade de substituição, com a aplicação de alíquotas escalonadas: 5% sobre os salários em 2025, 10% em 2026, 15% em 2027 e 20% em 2028, quando se consumará o fim da desoneração.

Ante o disposto, é evidente que, ao não incluir em sua planilha de custos o adequado provisionamento para os encargos do INSS e da CPRB, a SEC não apenas faz uso indevido do benefício da desoneração da folha de pagamento, como também ignora a legislação vigente e o impacto financeiro que a mencionada reoneração inevitavelmente acarretará nos anos subsequentes.

Abaixo, detalha-se o impacto financeiro esperado em cada ano subsequente:

2025 (Proposta – 0% INSS): Valor Mensal = R\$ 153.262,89
2025 (Reoneração de 5% do INSS): Valor Mensal = R\$ 158.443,78 (+3,38%)
2026 (Reoneração de 10% do INSS): Valor Mensal = R\$ 163.625,30 (+6,76%)
2027 (Reoneração de 15% do INSS): Valor Mensal = R\$ 168.808,06 (+10,14%)
2028 (Reoneração de 20% do INSS): Valor Mensal = R\$ 173.989,56 (+13,52%) (Obs.: Em caso de prorrogação do contrato)

Vale salientar que a ausência de uma provisão adequada para o INSS e a CPRB comprometerá substancialmente a capacidade financeira da SEC de cumprir com suas obrigações contratuais, especialmente considerando que esta empresa possui outros contratos sob o regime de desoneração, os quais também serão impactados pela reoneração dos mencionados encargos a partir de 2025.

Nesta toada, é indiscutível que tal situação resultará em insegurança jurídica e na impossibilidade de execução do contrato sem prejuízos. Além disso, é altamente provável que isso resulte em pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro por parte da recorrida, o que seria completamente indevido, visto que a empresa tinha pleno conhecimento de que não poderia submeter sua proposta nessas condições, mas optou por cotá-lo dessa forma mesmo assim.

Diante do contexto de reoneração gradual da folha de pagamento, a proposta da SEC revela-se manifestamente inexecutável ao longo do tempo. Ora, a empresa não dispõe do provisionamento necessário em seus custos indiretos (2,00%) e lucro (1,65%) para suportar o aumento gradual das despesas com INSS e CPRB para 41 (quarenta e um) funcionários a partir de 2025.

Nesse jaez, cabe ressaltar que **a SEC mantém firmado outros contratos com desoneração da folha de pagamento, os quais também serão impactados pela reoneração do encargo INSS neste ano, sendo que a empresa não incluiu em suas planilhas o provisionamento necessário para arcar com essa despesa, o que implicará em ter que custear esse ônus sem qualquer contrapartida.**

Desse modo, resta claro que a empresa deixou de incluir em sua planilha custos essenciais estabelecidos por lei e requisitados no edital. Ora, somado ao baixo valor atribuído aos custos indiretos e ao lucro, a proposta não oferece margem para cobrir itens obrigatórios que foram ignorados, os quais foram citados anteriormente, resultando em valores de custos indiretos ainda mais reduzidos do que os praticados.

Frise-se, neste sentido, que, em virtude das irregularidades ora constatadas, a proposta global apresentada pela recorrida está inferior ao que seria correto para garantir a exequibilidade dos serviços a serem contratados.

Ou seja, percebe-se que a SEC fez uma redução completamente **artificial** em seu preço, por meio da utilização indevida do benefício de desoneração da folha de pagamento, não deixando margem para que a empresa venha a ajustar a sua proposta.

Com efeito, uma vez que não foram cotados todos os valores para a cobertura dos custos que obrigatoriamente terá com a execução dos serviços, como é possível afirmar que a proposta apresentada pela SEC é exequível?

Dessa forma, a SEC deve ser cabalmente desclassificada, haja vista que não elaborou a sua proposta com o mínimo de seriedade, pois, no intuito desesperado de reduzir o valor de sua proposta de preços, a arrematante descumpriu as normas do próprio edital.

A duas, com uma breve análise da proposta enviada pela recorrida, **foi possível identificar que as alíquotas de PIS e COFINS foram calculadas de forma incorreta, resultando em percentuais subdimensionados.**

Com efeito, a SEC cotou as alíquotas de **0,15% para COFINS e 0,03% para PIS**, sob o argumento de estar sujeita ao regime de incidência não-cumulativa desses tributos.

No entanto, ao examinar os cálculos da Planilha de Memória de Cálculo PIS/COFINS apresentada pela SEC, verifica-se que **a empresa realizou a divisão do PIS/RET e COFINS/RET pelo faturamento de maneira irregular, o que resultou em percentuais incorretos na aba “Aliq PIS” e “Aliq Cofins”.**

É pertinente salientar que essa inconsistência levou a um resultado de **0,03% para o PIS** e **0,15% para o COFINS**, em total desacordo com os valores efetivamente corretos, que deveriam ser, respectivamente, **0,05% para o PIS** e **0,25% para o COFINS**.

Para evidenciar essa discrepância, apresenta-se a seguir um comparativo entre a Planilha de Memória de Cálculo submetida pela SEC e tabelas que demonstram a correta apuração do percentual médio efetivo de recolhimento do PIS e da COFINS nos últimos 12 (doze) meses:

	FATURAMENTO	PIS/FAT	COFINS/FAT	PIS/RET	COFINS/RET	PIS/CRED	COFINS/CRED	PIS/REC	COFINS/REC	Aliq PIS	Aliq Cofins
out/23	R\$ 3.054.533,22	R\$ 50.399,80	R\$ 232.144,52	R\$ 1.892,54	R\$ 8.734,81	R\$ 46.919,75	R\$ 216.115,21	R\$ 1.587,51	R\$ 7.294,50	0,05%	0,24%
nov/23	R\$ 2.935.951,77	R\$ 46.443,20	R\$ 223.132,33	R\$ 1.294,95	R\$ 5.976,69	R\$ 45.427,73	R\$ 209.242,87	R\$ 1.720,52	R\$ 7.912,77	0,06%	0,27%
dez/23	R\$ 3.512.026,50	R\$ 57.948,44	R\$ 266.814,01	R\$ 1.301,11	R\$ 6.005,14	R\$ 55.120,97	R\$ 253.890,52	R\$ 1.526,36	R\$ 7.018,35	0,04%	0,20%
jan/24	R\$ 2.257.942,86	R\$ 37.256,06	R\$ 171.803,66	R\$ 1.313,06	R\$ 6.060,27	R\$ 34.366,76	R\$ 158.295,38	R\$ 1.576,24	R\$ 7.248,01	0,07%	0,32%
fev/24	R\$ 3.639.858,78	R\$ 60.057,67	R\$ 276.629,27	R\$ 1.287,88	R\$ 5.944,05	R\$ 57.091,13	R\$ 262.985,19	R\$ 1.678,66	R\$ 7.720,03	0,05%	0,21%
mar/24	R\$ 2.924.780,24	R\$ 46.258,87	R\$ 222.283,30	R\$ 1.749,69	R\$ 8.075,50	R\$ 44.675,63	R\$ 205.778,64	R\$ 1.833,55	R\$ 8.429,10	0,06%	0,26%
abr/24	R\$ 3.698.251,12	R\$ 61.021,14	R\$ 281.067,09	R\$ 2.790,84	R\$ 12.880,80	R\$ 57.740,35	R\$ 265.955,34	R\$ 489,95	R\$ 2.230,95	0,01%	0,09%
mai/24	R\$ 3.604.396,26	R\$ 59.472,54	R\$ 273.934,12	R\$ 473,28	R\$ 2.184,38	R\$ 58.565,05	R\$ 269.754,16	R\$ 434,21	R\$ 1.995,58	0,01%	0,06%
jun/24	R\$ 3.739.790,99	R\$ 61.706,55	R\$ 284.224,12	R\$ 3.084,19	R\$ 14.234,75	R\$ 58.500,22	R\$ 268.455,54	R\$ 122,14	R\$ 533,83	0,00%	0,01%
jul/24	R\$ 4.067.857,17	R\$ 67.119,64	R\$ 309.157,14	R\$ 2.410,75	R\$ 11.126,55	R\$ 64.487,36	R\$ 297.032,71	R\$ 221,53	R\$ 997,88	0,01%	0,02%
ago/24	R\$ 3.770.554,09	R\$ 62.214,14	R\$ 288.562,11	R\$ 2.392,37	R\$ 11.041,69	R\$ 59.096,65	R\$ 272.202,78	R\$ 725,12	R\$ 3.317,66	0,02%	0,09%
set/24	R\$ 3.917.093,04	R\$ 64.632,04	R\$ 297.699,07	R\$ 2.660,88	R\$ 12.280,98	R\$ 61.381,48	R\$ 282.726,74	R\$ 599,70	R\$ 2.691,35	0,02%	0,07%
TOTAL	R\$ 41.123.036,04	R\$ 678.530,09	R\$ 3.125.350,74	R\$ 22.651,54	R\$ 104.545,61	R\$ 643.373,06	R\$ 2.963.415,06	R\$ 12.505,49	R\$ 57.390,08	0,03%	0,15%

MÊS	FATURAMENTO MENSAL (A)	PIS/RET (D = B - C)	PERCENTUAL EFETIVO (E = D / A)
outubro-23	3.054.533,22	1.892,54	0,06%
novembro-23	2.935.951,77	1.294,95	0,04%
dezembro-23	3.512.026,50	1.301,11	0,04%
janeiro-24	2.257.942,86	1.313,06	0,06%
fevereiro-24	3.639.858,78	1.287,88	0,04%
março-24	2.924.780,24	1.749,69	0,06%
abril-24	3.698.251,12	2.790,84	0,08%
maio-24	3.604.396,26	473,28	0,01%
junho-24	3.739.790,99	3.084,19	0,08%
julho-24	4.067.857,17	2.410,75	0,06%
agosto-24	3.770.554,09	2.392,37	0,06%
setembro-24	3.917.093,04	2.660,88	0,07%
PERCENTUAL MÉDIO DO PERÍODO			0,05%

Apuração do Percentual Médio Efetivo de Recolhimento do COFINS referente aos 12 últimos meses

MÊS	FATURAMENTO MENSAL (A)	COFINS/RET (D = B - C)	PERCENTUAL EFETIVO (E = D / A)
outubro-23	3.054.533,22	8.734,81	0,29%
novembro-23	2.935.951,77	5.976,69	0,20%
dezembro-23	3.512.026,50	6.005,14	0,17%
janeiro-24	2.257.942,86	6.060,27	0,27%
fevereiro-24	3.639.858,78	5.944,05	0,16%
março-24	2.924.780,24	8.075,50	0,28%
abril-24	3.698.251,12	12.880,80	0,35%
maio-24	3.604.396,26	2.184,38	0,06%
junho-24	3.739.790,99	14.234,75	0,38%
julho-24	4.067.857,17	11.126,55	0,27%
agosto-24	3.770.554,09	11.041,69	0,29%
setembro-24	3.917.093,04	12.280,98	0,31%
PERCENTUAL MÉDIO DO PERÍODO			0,25%

Destaca-se que essa distorção **não pode, de forma alguma, ser tratada como um mero erro material ou equívoco de cálculo**. Pelo contrário, claramente trata-se de uma **estratégia deliberada da SEC para reduzir artificialmente o valor global de sua proposta**.

Ora, a empresa manipulou os cálculos de sua planilha, apesar da própria documentação comprobatória por ela apresentada demonstrar resultados completamente divergentes, quando aplicada a fórmula correta para apuração da média efetiva.

Preclaro Pregoeiro, a permanência da recorrida na licitação representa um **sério risco à lisura do procedimento licitatório**, uma vez que permitiria a adjudicação do torneio a uma empresa que **ofertou valores artificiais, mediante a ocultação de seus custos reais**, o que não apenas gera uma **vantagem indevida**, mas também **compromete a exequibilidade** de sua proposta.

Inclusive, **tal situação pode comprometer substancialmente a execução do contrato**. Afinal, caso a empresa seja contratada com essa proposta, ela poderá enfrentar dificuldades financeiras para cumprir suas obrigações contratuais, já que o valor ofertado não será suficiente para cobrir os custos efetivos da execução.

Assevere-se que essa conduta fere de morte os princípios da isonomia e da competitividade, uma vez que, **enquanto as demais licitantes submeteram propostas alinhadas à realidade de seus custos, a SEC distorceu deliberadamente os números de sua planilha para obter uma posição vantajosa no certame**.

Diante do exposto, resta claro que a SEC deve ser imediatamente desclassificada, tendo em vista que a irregularidade em apreço **compromete não**

apenas a veracidade dos valores apresentados, mas também a própria exequibilidade de sua proposta.

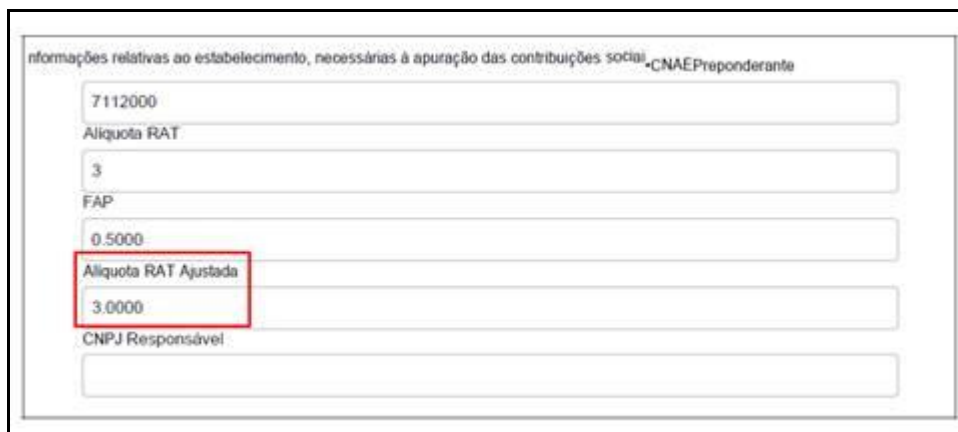
A três, a SEC deveria ter sido desclassificada devido a vícios relacionados à alíquota prevista para o Seguro Acidente de Trabalho (SAT), elemento essencial na composição dos custos trabalhistas.

Como se pode ver da proposta apresentada pela SEC, esta indicou em suas planilhas de custos o percentual de **1,5%** para o **SAT – Seguro Acidente de Trabalho**.

Dito isso, insta relembrar que, como é de conhecimento público, o valor do SAT a ser incluído na proposta de preços, também chamado “RAT Ajustado”, corresponde ao percentual do **RAT – Risco Ambiental do Trabalho** multiplicado pelo valor do **FAP – Fator Acidentário de Prevenção**.

O RAT é previamente definido pela principal atividade econômica da empresa, sendo arbitrado em 1% (risco baixo), 2% (risco médio) ou 3% (risco alto). Já o FAP é individualizado por empresa, sendo fruto de um cálculo realizado pela Previdência Social levando em consideração uma série de fatores específicos da empresa (por exemplo, rotatividade e quantidade de acidentes de trabalho em determinado período), podendo variar de 0,5 (meio) a 2 (dois).

Entretanto, **a própria documentação apresentada pela SEC para comprovar a veracidade do SAT demonstra que a alíquota correta seria de 3%, e não de 1,5%, como indevidamente indicado em sua planilha.** Senão, vejamos:



Informações relativas ao estabelecimento, necessárias à apuração das contribuições sociais - CNAE Preponderante	
7112000	
Aliquota RAT	3
FAP	0.5000
Aliquota RAT Ajustada	3.0000
CNPJ Responsável	

Ou seja, a empresa simplesmente estipulou que o seu SAT equivaleria a 1,5%, ignorando o documento que comprova que a alíquota correta deveria ser de 3%.

Ao que tudo indica, a recorrida, com o propósito de ajustar a composição de seus custos ao valor global de sua proposta — que foi artificialmente reduzido —, diminuiu indevidamente determinadas rubricas, contrariando os próprios documentos por ela apresentados, achando que essa inconsistência passaria despercebida pela Administração e pelas demais concorrentes.

Assevere-se que essa conduta configura uma vantagem indevida, ferindo o princípio da isonomia, pois, enquanto a recorrida subestimou deliberadamente seus encargos previdenciários, todas as demais licitantes cotaram suas propostas com base na realidade de seus custos.

Ilustre Pregoeiro, permitir essa discrepância compromete a lisura do certame e viola os critérios de igualdade que regem as licitações públicas.

Diante desse cenário, **a proposta da SEC deve ser considerada inexecutável, visto que a empresa apresentou uma alíquota de SAT que não condiz com sua própria documentação comprobatória.**

Assim, impõe-se a desclassificação da recorrida, a fim de resguardar a legalidade e a igualdade do certame.

Diante desse cenário, **a desclassificação da SEC é medida impositiva**, uma vez que sua proposta não atende aos requisitos do edital e compromete a regularidade do certame. Ora, **manter uma proposta baseada em informações inconsistentes equivaleria a validar um cálculo incorreto de custos, gerando riscos à Administração Pública e desrespeitando os demais licitantes que apresentaram valores corretamente fundamentados.**

Com efeito, na remota hipótese de ser mantida a decisão administrativa ora recorrida, **estar-se-á frente à inequívoca QUEBRA DA ISONOMIA do certame**, na medida que estará sendo aceita empresa que simplesmente ignorou as diretrizes do edital, **ofertando valores em desacordo com sua realidade**. Afinal, **estaria sendo permitido que uma empresa se sagrasse vencedora do certame em condições completamente diferentes daquelas que foram impostas a todas as demais participantes.**

Ou seja, a reforma da decisão combatida contraria as disposições no **art. 31 da Lei nº. 14.133/2021** e ainda no **art. 37, XXI, da Constituição Federal**, que dispõem sobre a imprescindibilidade de observância ao Princípio Constitucional da Isonomia, de forma a garantir que, em procedimentos licitatórios, seja devidamente assegurada a igualdade de condições a todos os concorrentes. *In verbis*:

LEI Nº 14.133/2021:

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).”

CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

“Art. 37. [...]”

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Sobre tal princípio, assim define a doutrina:

“A igualdade na licitação significa que todos os interessados em contratar com a Administração devem competir em igualdade de condições, sem que a nenhum se ofereça vantagem não extensiva a outro. O princípio, sem dúvida alguma, está intimamente ligado ao da impessoalidade: de fato, oferecendo igual oportunidade a todos os interessados, a Administração lhes estará oferecendo também tratamento impessoal.”

(CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo, 30ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016)

Portanto, *data máxima vênia*, desde logo se pugna pela reforma da decisão administrativa que declarou a SEC classificada no presente certame, sob pena de ferir de morte o Princípio da Isonomia.

Nesta toada, diante de tudo o que restou acima demonstrado, deveria a SEC ter sido de pronto desclassificada do presente torneio, vez que sua proposta carece de

exequibilidade, conforme os parâmetros legalmente estabelecidos. As propostas inexecutáveis são assim definidas pelos ensinamentos de Joel de Menezes Niebühr:

“[...] aquela que não se reveste de condições de ser cumprida, porquanto gera ao seu autor mais ônus do que vantagens. Frequentemente, a proposta inexecutável é apurada mediante a constatação de que o preço ofertado não cobre os custos necessários à sua execução. Por isso, diz-se ‘inexecutável’, isto é, sem condições de ser executada.”

(NIEBUHR, Joel de Menezes. Pregão presencial e eletrônico. Curitiba: Zênite, 2004. p. 148)

Diante de uma proposta com preços inexecutáveis, a Administração deve desclassificá-la, com fundamento no art. 59, inc. III, da Nova Lei de Licitações:

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

I - Contiverem vícios insanáveis;

II - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

***III - Apresentarem preços inexecutáveis** ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;*

IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

É de se inferir que a recorrida não elaborou a sua proposta com o mínimo de seriedade que se espera de uma licitante, configurando a sua eventual contratação, o que se diz apenas a título de argumentação, a mitigação ao princípio da vantajosidade previsto no art. 11, I, da Lei nº. 14.133/21:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

Neste sentido, cumpre, ainda, alertar acerca dos perigos de contratar proposta inexecutável, devidamente elencados pelo Ilustre Marçal Justen Filho. Registre-se:

“6) A demonstração da compatibilidade entre oferta e custos. A licitação não se destina pura e simplesmente a selecionar a proposta de menor valor econômico, mesmo quando adotado o

tipo menor preço. Visa a selecionar a proposta de menor valor que possa ser executada satisfatória e adequadamente.

Justamente por isso, o ato convocatório deverá impor ao licitante o ônus de demonstrar a formação de seus custos diretos e indiretos, assim como a margem de lucro prevista. Usualmente, essa demonstração envolve a apresentação de planilhas com preços unitários, onde o particular formula projeções quanto a quantitativos de itens necessários à execução da prestação, indicando o custo necessário a tanto. Esses demonstrativos deverão indicar os custos diretos como aqueles indiretos, relacionados inclusive com a carga tributária.

Lembre-se que a exigência de apresentação desses demonstrativos destina-se a preencher diversas finalidades. Trata-se não apenas de evidenciar a viabilidade econômico-financeira da proposta, mas também a controlar a adequação da concepção do particular em vista das exigências técnico-científicas e de adotar um fundamento para eventuais modificações necessárias ao longo da execução com contrato.”
(JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 2008, p. 48-49)

Certamente, a opção pela classificação da proposta ora impugnada desrespeitará o **princípio da vantajosidade**, o qual é qualificado pela doutrina como o fim primordial da licitação. Veja-se novamente o ensinamento do ilustre Marçal Justen Filho:

“A vantagem caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato. A maior vantagem possível configura-se pela conjugação de dois aspectos interrelacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração; o outro se vincula à prestação a cargo do particular. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração.”

(JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12ª Edição, Dialética, págs. 63)

Dessa forma, em respeito ao princípio da vantajosidade, não se antolha cabível que o Nobre Pregoeiro classifique a proposta da recorrida, a qual se demonstra

totalmente prejudicial à Administração Pública, pois os valores cotados estão em desacordo com o mercado e com os parâmetros definidos no instrumento convocatório, tornando-se totalmente inexecutáveis.

Além de ser vedada pela Lei de Licitações, a celebração de contrato baseada em proposta inexecutável poderá trazer graves prejuízos ao interesse público, pois certamente o particular não poderá cumprir as cláusulas contratuais, ensejando, via de regra, a rescisão contratual e a necessidade de realização de um novo certame, além de provocar transtornos ao órgão licitante. Enfim, acarretará uma série de situações contrárias à perfeita prestação do serviço público pela Administração, além de ocasionar um dispêndio desarrazoado ao erário.

Diante disso, evidencia-se que a proposta ora combatida deve ser desclassificada, tendo em vista a manifesta inexecutabilidade, de acordo com o entendimento reiterado dos Tribunais, respeitando o fim primordial da licitação, qual seja a busca pela proposta mais vantajosa. Além do mais, a proposta, nos termos elaborados, vai de total encontro aos termos do instrumento convocatório.

Portanto, por qualquer prisma que a presente questão seja analisada, fica claro que a SEC deve ser **desclassificada** do procedimento licitatório em comento, em cumprimento às previsões do edital.

2.2. DOS VÍCIOS NA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DA RECORRIDA

Além dos vícios demonstrados quanto à proposta de preços da SEC, os quais deveriam ter ensejado a sua *desclassificação*, é necessário trazermos à lume ainda os vícios identificados na documentação de habilitação dessa empresa.

Conforme será a seguir demonstrado, **a recorrida deixou de apresentar uma série de documentos expressamente exigidos no edital, o que deveria ter ensejado em sua imediata inabilitação no certame.**

A uma, de acordo com o item 12.1.1 do edital, a apresentação das seguintes declarações constitui requisito indispensável para a habilitação das licitantes:

12.1. Após o julgamento da proposta de que trata a Seção XI deste Edital, o Pregoeiro passará ao exame dos documentos de habilitação, conforme disposições abaixo:

12.1.1. Será verificado se a licitante apresentou por ocasião do envio da proposta, por meio do campo próprio do sistema, a seguinte documentação:

- a) Declaração de que possui ciência do inteiro teor do ato convocatório e dos seus Anexos e atende aos requisitos de habilitação neles estabelecido, concordando com suas condições, e que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta,*
- b) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei n.º 9.854/99).*
- c) Declaração de observância aos incisos III e V do art. 1º e de cumprimento do inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano e degradante.*
- d) Declaração de cumprimento das exigências de reservas de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas na lei 8.213/91 e em outras normas específicas, conforme inciso IV do art. 63 da Lei 14.133/2021.*
- e) Declaração de cumprimento das exigências reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como reserva de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.*
- f) Declaração, no caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, de que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 2006, fazendo jus aos benefícios previstos nos artigos 42 ao 49, bem como de que não possui, no ano-calendário da realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.*

No entanto, em que pese a clareza meridional dos itens transcritos anteriormente, **a SEC deixou de apresentar as referidas declarações, afrontando diretamente as disposições do instrumento convocatório.**

Ressalte-se que a exigência dessas declarações não é mera formalidade, mas sim um mecanismo de proteção ao interesse público e à boa execução do contrato.

Assim, sua imediata inabilitação é medida necessária para assegurar a lisura do processo licitatório e a observância dos princípios da legalidade e isonomia.

A duas, como se sabe, a habilitação jurídica é um requisito essencial para a participação no certame, pois permite à Administração verificar a existência legal da empresa e sua regular constituição.

Neste sentido, a fim de que o cumprimento desse requisito seja objetivamente demonstrado pelas licitantes, o item 12.1.2 do edital é expresso ao exigir os seguintes documentos indispensáveis:

12.1.2. Para a habilitação jurídica:

- a) comprovante de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário;*
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado, no caso de sociedades por ações, de documentos de eleição de seus administradores;*
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;*
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;*
- e) ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.*

Entretanto, apesar da clareza das exigências editalícias, **a SEC não juntou qualquer desses documentos, impossibilitando a aferição de sua regularidade jurídica.**

Ilustre Pregoeiro, **essa omissão não pode ser tolerada**, pois a ausência desses registros impede a Administração de confirmar a legitimidade da empresa e sua capacidade para assumir obrigações contratuais, **colocando em risco a segurança jurídica e a isonomia do certame.**

A três, o item 12.1.3 do edital define, de forma explícita, que a comprovação da regularidade fiscal é condição indispensável para a habilitação no certame, determinando, para esse fim, a apresentação de documentos, incluindo **a prova de inscrição no CNPJ:**

12.1.3. Para a Regularidade fiscal:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);*

Todavia, embora tal cláusula seja suficientemente clara, **a SEC simplesmente deixou de apresentar a documentação em questão, descumprindo um requisito fundamental para sua habilitação no certame.**

É relevante notar que essa exigência é um **requisito basilar para garantir que a empresa vencedora esteja em conformidade com suas obrigações fiscais**, assegurando sua capacidade de execução contratual sem riscos para a Administração Pública.

Ilustre Pregoeiro, com o máximo de respeito à análise feita, **essa omissão da SEC merece ser rechaçada**. Afinal, permitir sua continuidade no certame significaria admitir a violação das regras editalícias e comprometer a lisura do procedimento licitatório.

Ante essa irregularidade incontornável, **a inabilitação da recorrida é medida que se impõe, sob pena de afronta aos princípios da legalidade, da isonomia e da moralidade administrativa.**

Diante do exposto, **resta claro que a recorrente não apresentou diversos documentos exigidos a título de habilitação, descumprindo requisitos essenciais relacionados às declarações obrigatórias, à comprovação da habilitação jurídica e à regularidade fiscal.**

Em suma, não se antolha minimamente razoável declarar a recorrida habilitada no presente certame, pois **a empresa não comprova diversos requisitos obrigatórios de habilitação previstos no edital.**

Frise-se que, caso seja ignorado o acima exposto, **além de ferir os princípios da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e da competitividade, as consequências podem ser catastróficas já no exercício do pretendido fornecimento.**

Ademais, cumpre salientar que a não apresentação dos supracitados documentos não pode ser tolerada, uma vez que se trata de procedimento obrigatório a título de habilitação.

Ou seja, os descumprimentos cometidos pela SEC se tratam de erros insanáveis, uma vez que é impossível a recorrida juntar novos documentos que comprovem sua habilitação, tendo em vista que deveriam constar originalmente na sua convocação, nos moldes estabelecidos pelo edital, o que não aconteceu.

É que a legislação que rege as aquisições públicas veda a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente na entrega dos documentos de habilitação, nos termos do art. 64, §1º, da Lei nº. 14.133/21, razão

pela qual não pode ser sanada as irregularidades vislumbradas na documentação da empresa recorrida. Veja-se:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

Portanto, uma vez que a SEC não cumpriu com as exigências em comento, deixando de enviar diversos documentos requeridos a título de habilitação, não resta dúvidas quanto aos seus patentes descumprimentos à legislação vigente e às normas editalícias, sendo expressamente vedada a juntada posterior.

Outro não é o entendimento de Jessé Torres Pereira Júnior. Cite-se:

“A Comissão ou a autoridade está proibida de deferir ou ordenar a diligência se esta tiver por objeto a inclusão de documento ou informação que deveria haver acompanhado a proposta (também a documentação). A vedação guarda simetria com os arts. 396 e 397 do Código de Processo Civil, dos quais resulta que a petição inicial deve vir instruída com os documentos destinados a provar as alegações do autor, sendo-lhe vedado trazê-los posteriormente, a menos que comprove que deles não dispunha ou se se referirem a fatos ocorridos depois de articulados na peça vestibular.

No caso do processo administrativo da licitação, cada licitante sabe, em face das exigências do edital, quais os documentos e informações que deverão estar nos respectivos envelopes. Não os trazer significa descumprir o edital, acarretando-lhe a inabilitação ou desclassificação da proposta. A proibição de serem aceitos posteriormente respeita o direito dos demais licitantes ao processamento do certame de acordo com a exigência do edital. Daí a Comissão ou a autoridade superior sujeitar-se a recurso interponível pelo licitante que considerar abusiva a realização de diligências que abra oportunidade indevida a outro concorrente.”

(PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. Comentários à lei das licitações e contratações da Administração Pública. 7. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Renovar, 2007. p. 523 e 524)

Inclusive, os Tribunais Pátrios corroboram com esse posicionamento:

“ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA. JUSTIFICATIVAS ACEITAS APÓS A ABERTURA DAS PROPOSTAS. INFORMAÇÃO QUE DEVERIA CONSTAR DA PROPOSTA. ART. 43, PARÁG. 3o. DA LEI 8.666/93. IMPOSSIBILIDADE. AGTR PROVIDO. 1. A aceitação de justificativas das empresas licitantes após a abertura das propostas, cria uma situação de flexibilidade no mínimo inusitada, já que tal justificativa, prevista no item 5.5.2 do Edital, deveria constar da própria proposta, como requisito de sua firmeza e sinceridade. 2. O art. 43, parág. 3o. da Lei 8.666/93 faculta à Comissão, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências para esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedando, entretanto, a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, o que ocorreu in casu. 3. AGTR provido, prejudicado o regimental.”

(AG 200505000221387, Desembargador Federal Napoleão Maia Filho, TRF5 - Segunda Turma, 17/10/2005)

“ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE PLANILHA DISCRIMINADA DE CUSTOS. DESCUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA DO EDITAL. DESCLASSIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE JUNTADA POSTERIOR DE DOCUMENTO. PRECLUSÃO CONSUMATIVA.

[...]

3. O momento adequado para que o agravante apresente o custo de cada item exigido no edital, bem como para demonstrar a incidência da hipótese prevista na parte final do parág. 3º do art. 43 da Lei 8.666/93, é o da apresentação da proposta, de modo que, ultrapassada essa fase, dá-se a chamada preclusão consumativa, não havendo mais como lhe permitir a apresentação de qualquer documento.”

(Tipo Recurso: Agravo de Instrumento. Número do Recurso: 2005.05.00.006438-5. Tribunal: Tribunal Regional Federal - 5ª Região, Data do Julgamento: 05/JUL/2005. Relator: Napoleão Nunes Maia Filho)

EMENTA: REMESSA NECESSÁRIA - MANDADO DE SEGURANÇA - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO -

INABILITAÇÃO DE LICITANTE REVISTA EM RECURSO ADMINISTRATIVO - ADMISSÃO DE APRESENTAÇÃO POSTERIOR DE DOCUMENTOS REFERENTES À HABILITAÇÃO - ART. 64 DA LEI 14.133/2021 - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA - SEGURANÇA CONCEDIDA - SENTENÇA CONFIRMADA. - Viola direito líquido e certo dos licitantes a admissão de apresentação posterior de certidões para a habilitação de uma das empresas, por infringir o princípio da isonomia ao conceder a licitante tratamento diverso dos demais.

(TJ-MG - Remessa Necessária: 50030897320218130647, Relator: Des.(a) Luís Carlos Gambogi, Data de Julgamento: 15/12/2022, 5ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 15/12/2022)

EMENTA: REMESSA NECESSÁRIA - MANDADO DE SEGURANÇA - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - INABILITAÇÃO DE LICITANTE REVISTA EM RECURSO ADMINISTRATIVO - ADMISSÃO DE APRESENTAÇÃO POSTERIOR DE DOCUMENTOS REFERENTES À HABILITAÇÃO - ART. 64 DA LEI 14.133/2021 - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA - SEGURANÇA CONCEDIDA - SENTENÇA CONFIRMADA. - Viola direito líquido e certo dos licitantes a admissão de apresentação posterior de certidões para a habilitação de uma das empresas, por infringir o princípio da isonomia ao conceder a licitante tratamento diverso dos demais.

(TJ-MG - Remessa Necessária-Cv: 10000221623960001 MG, Relator: Luís Carlos Gambogi, Data de Julgamento: 15/12/2022, Câmaras Cíveis / 5ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 15/12/2022)

MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO CUJO OBJETO É A EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO RUAS DO BAIRRO COLINAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA. INABILITAÇÃO DO IMPETRANTE SOB A JUSTIFICATIVA DE DESCUMPRIMENTO DO ITEM 9.1.2 DO EDITAL, QUE EXIGE PROVA DO REGISTRO DO EMPRESÁRIO OU DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA. ALEGAÇÃO DE QUE O REGISTRO NA JUNTA COMERCIAL TEM COMO FINALIDADE EXCLUSIVA DAR PUBLICIDADE AOS ATOS REGISTRAIS E QUE, POR SER UMA EMPRESA DE

PEQUENO PORTE (EPP), ESTARIA DISPENSADA DO REGISTRO, NA FORMA DO ARTIGO 71 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006. ALEGAÇÃO DE QUE, DE QUALQUER FORMA, DENTRO DO PRAZO RECURSAL, TERIA CUMPRIDO A EXIGÊNCIA APONTADA PELA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, NÃO HAVENDO NADA QUE IMPEDISSE A HABILITAÇÃO PARA A PRÓXIMA FASE DO CERTAME. ARTIGO 71 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006 QUE APENAS DISPENSA A PUBLICAÇÃO DE ATOS SOCIETÁRIOS, NÃO HAVENDO QUALQUER DISPENSA QUANTO AO REGISTRO DOS ATOS CONSTITUTIVOS, EXIGIDA NO ARTIGO 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006. ARTIGOS 967 E 1.150 DO CÓDIGO CIVIL QUE PREVEEM A OBRIGATORIEDADE DA INSCRIÇÃO DO EMPRESÁRIO E DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA DE SE REGISTRAR, SOB PENA DE HAVER O EXERCÍCIO IRREGULAR DA ATIVIDADE EMPRESÁRIA. IMPOSSIBILIDADE DE SE REGISTRAR E JUNTAR A PROVA DO REGISTRO NO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO NO PRAZO RECURSAL. ARTIGO 43, § 3º, DA LEI Nº 8666/93 QUE PREVÊ EXPRESSAMENTE NÃO SER ADMITIDA A INCLUSÃO POSTERIOR DE DOCUMENTOS QUE DEVERIAM CONSTAR ORIGINARIAMENTE DA PROPOSTA, O QUE FOI REPRODUZIDO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES, LEI Nº 14.133/2021, EM SEU ARTIGO 64. CONSTA, AINDA, PREVISÃO NO MESMO SENTIDO NO PRÓPRIO EDITAL, NO ITEM 8.6. INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA.

(TJ-RJ - MS: 00788690620228190000 202200403004, Relator: Des(a). LUCIA HELENA DO PASSO, Data de Julgamento: 04/04/2023, VIGÉSIMA SÉTIMA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 10/04/2023)

APELAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. PREGÃO. Apresentação extemporânea de certidão exigida pelo edital. Ausência de ilegalidade no ato de inabilitação da impetrante. Previsão expressa de convocação do autor do segundo menor lance em caso de descumprimento das regras editalícias. Inexistência de permissivo no edital no sentido de que o pregoeiro poderia suprir a omissão de documento ou mesmo relevar a sua ausência. Cláusulas que apenas preveem a possibilidade de o pregoeiro efetuar diligências para obtenção de informações adicionais em relação à documentação já

apresentada, correção de erros que não alterem a substância dos documentos exibidos e relevação de omissões constantes em documentos já apresentados. Existência, por outro lado, de cláusula expressa no sentido da impossibilidade de inclusão posterior de qualquer documentação que deveria constar, originalmente, na documentação de habilitação. Interpretação da impetrante sobre a norma editalícia que se mostra equivocada. Disposições em consonância com o disposto no art. 43, § 3º da Lei nº 8.666/93 e art. 64 da Lei nº 14.133/2021. Encaminhamento pelo sistema até a data e horário estabelecidos para a abertura da sessão pública. Previsão do art. 26 do Decreto nº 10.024/19. Impossibilidade de apresentação de documento fora do prazo, diante da vinculação ao instrumento convocatório e pela ofensa ao princípio da isonomia entre as licitantes. Ausência do direito líquido e certo. Sentença mantida. Recurso desprovido.

(TJ-SP - Apelação Cível: 1016117-09.2022.8.26.0348 Mauá, Relator: Eduardo Prataviera, Data de Julgamento: 15/04/2024, 5ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 15/04/2024)

No mesmo sentido é a jurisprudência pacífica do TCU:

“Não cabe a inabilitação de licitante em razão de ausência de informações que possam ser supridas por meio de diligência, facultada pelo art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, desde que não resulte inserção de documento novo ou afronta à isonomia entre os participantes.”

(TCU, Acórdão 2873/2014 – Plenário, Relator: Augusto Sherman)

“A inabilitação de licitante em virtude da ausência de informações que possam ser supridas por meio de diligência, de que não resulte inserção de documento novo ou afronta à isonomia entre os participantes, caracteriza inobservância à jurisprudência do TCU.”

(TCU, Acórdão 918/2014 – Plenário, Relator: Aroldo Cedraz)

“É cabível a promoção de diligência pela comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, para esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.”

(TCU, Acórdão 4827/2009 - Segunda Câmara)

“É vedada à Administração a aceitação de informações não escritas ou que deveriam constar dos documentos e propostas como elemento de julgamento da licitação.”

(TCU, Decisão nº. 635, Plenário, Rel. Min. Paulo Affonso Martins de Oliveira, DOU de 23.10.1996)

Saliente-se que por força da Súmula nº. 222, também do TCU, devem ser observadas as determinações desta Corte de Contas no que disser respeito às normas gerais de licitação por todos os órgãos da Administração Pública de todos os Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

“Súmula nº. 222 - As Decisões do Tribunal de Contas da União, relativas à aplicação de normas gerais de licitação, sobre as quais cabe privativamente à União legislar, devem ser acatadas pelos administradores dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.”

Ou seja, os Administradores Públicos não podem se esquivar de cumprir com as decisões do TCU. Importante ressaltar que a obediência à referida súmula decorre das competências legais e constitucionais dadas ao TCU, motivo pelo qual é imperiosa a sua observância, sob pena de malferir ainda o Princípio da Legalidade.

Portanto, é absolutamente incabível que o TRE/BA permita que a SEC saneie os erros identificados na sua documentação de habilitação, com a juntada posterior de documentação obrigatória, de forma que resta cabalmente demonstrada a necessidade de inabilitação da recorrida, por descumprimento expresso ao edital.

2.3. DA OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO

Com efeito, tendo em vista que resta aqui provado que **a recorrida desobedeceu, de forma grave as determinações contidas no ato convocatório**, deve ser IMEDIATAMENTE reformada a decisão que declarou a SEC classificada/habilitada e vencedora do presente certame, conforme foi demonstrado, mormente em razão da redação do art. 5º, da Lei nº. 14.133/2021, a qual preconiza que deve ser observada a vinculação dos atos administrativos realizados no certame às determinações do instrumento convocatório:

LEI Nº 14.133/21:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa,

da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

A Administração não pode criar critério de julgamento não inserido no instrumento convocatório ou deixar de seguir os que já estão ali definidos, pois estaria malferindo o princípio do julgamento objetivo, vez que o “*edital não pode transferir para a Comissão a definição dos critérios de julgamentos; estes devem estar previamente explicitados no edital, sob pena de entregar-se à subjetividade da Comissão o julgamento das propostas*” (PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. Comentários à lei das licitações e contratações da administração pública, 2007, p. 539).

De igual jaez, é a lição que se extrai dos ensinamentos de Marçal Justen Filho:

“Uma vez realizadas as escolhas atinentes à licitação e ao contrato, exaure-se a discricionariedade, que deixa de ser invocável a partir de então – ou, mais corretamente, se a administração pretender renovar o exercício dessa faculdade, estará sujeita, como regra, a refazer toda a licitação, ressalvas as hipóteses de inovações irrelevantes para a disputa (...) A autoridade administrativa dispõe da faculdade de escolha, ao editar o ato convocatório. Porém, nascido tal ato, a própria autoridade fica subordinada ao conteúdo dele. Editando o ato convocatório, os interessados submetem-se a um modelo norteador de sua conduta. Tornam-se previsíveis, com segurança, os atos a serem praticados e as regras que os regerão” (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei 14.133/2021/ Marçal Justen Filho. — São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 120). **(Grifos nossos)**

Portanto, **estipulados os critérios e exigências a serem obedecidos pelos licitantes, a Administração Pública deve-lhes estrita observância, não sendo cabível evadir-se das regras que ela própria determinou e às quais aderiram os licitantes.**

Veja-se que o entendimento pacificado na jurisprudência pátria é justamente nesse sentido, de que a Administração **não pode desconsiderar o que foi estabelecido**

no edital ao realizar os julgamentos num procedimento licitatório. Cite-se os seguintes julgados do STJ:

“ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. EXIGÊNCIA NÃO PREVISTA NO EDITAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. O edital de licitação vincula a administração pública e os licitantes aos seus termos. 2. Hipótese em que a empresa foi inabilitada, após recurso administrativo, ao fundamento de que parte do serviço importaria prévia realização de atividades de atribuição de engenheiro, sem que tais atividades estivessem previstas no instrumento convocatório do certame. 3. Possuindo o profissional técnico da empresa conhecimento que está dentro dos parâmetros objetivamente estabelecidos no edital de licitação, não há razão para a inabilitação desta (empresa) em relação a esse quesito. 4. Recurso ordinário provido. Concessão da ordem.”

(STJ - RMS: 69281 CE 2022/0220291-5, Relator: Ministro GURGEL DE FARIA, Data de Julgamento: 12/09/2023, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/10/2023).

“ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. ACÓRDÃO QUE AFIRMA O CUMPRIMENTO DA EXIGÊNCIA PELO CANDIDATO. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ.

1. O princípio da impessoalidade obsta que critérios subjetivos ou anti-isonômicos influam na escolha dos candidatos exercentes da prestação de serviços públicos.

2. Na salvaguarda do procedimento licitatório, exsurge o princípio da vinculação, previsto no art. 41, da Lei 8.666/90, que tem como escopo vedar à administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sob essa ótica, o princípio da vinculação se traduz na regra de que o instrumento convocatório faz lei entre as partes, devendo ser observados os termos do edital até o encerramento do certame.

3. Na hipótese, o Tribunal reconheceu que o edital não exigia a autenticação on line dos documentos da empresa. Rever essa afirmação, seria necessário examinar as regras contidas no edital, o que não é possível no recurso especial, ante os óbices contidos nas Súmulas 5 e 7 do STJ.

Recurso especial não conhecido.”

(REsp 1384138/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS,

SEGUNDA TURMA, julgado em 15/08/2013, DJe 26/08/2013)

“ADMINISTRATIVO. APROVAÇÃO DE CANDIDATA DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS EM EDITAL. DIREITO LÍQUIDO E CERTO À NOMEAÇÃO E À POSSE NO CARGO. SITUAÇÃO PECULIAR. PREVISÃO EDITALÍCIA DE POSSIBILIDADE DE PROVIMENTO INFERIOR AO NÚMERO DE VAGAS.

1. O candidato aprovado em concurso público dentro das vagas previstas tem direito líquido e certo à nomeação. Precedentes.

2. No presente caso, o edital condiciona as nomeações à necessidade do serviço, disponibilidade financeira e orçamentária e existência de cargos vagos, não vinculando a Administração à nomeação de número determinado de candidatos.

3. Dessa forma, deve prevalecer o estabelecido no instrumento convocatório, em atenção aos princípios da vinculação ao edital e da discricionariedade da Administração Pública.

4. Recurso ordinário não provido.”

(RMS 37.249/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/04/2013, DJe 15/04/2013)”

Nesse mesmo sentido, o Tribunal de Contas da União possui entendimento uníssono sobre a necessária observância aos referidos princípios, como se vê:

“Insere-se na esfera de discricionariedade da Administração a eleição das exigências editalícias consideradas necessárias e adequadas em relação ao objeto licitado, com a devida fundamentação técnica. Entretanto, em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, é inadmissível que a Administração deixe de aplicar exigências previstas no próprio edital que tenha formulado.”

(TCU, Acórdão 2730/2015-Plenário, Relator: Bruno Dantas)
(Grifos nossos)

“É obrigatória, em observância ao princípio da vinculação ao edital, a verificação de compatibilidade entre as regras editalícias e as propostas de licitantes. Propostas em desacordo com o instrumento convocatório devem ser desclassificadas.”

(TCU, Acórdão 460/2013-Segunda Câmara, Relator: Ana Arraes)

Assim sendo, conforme exaustivamente demonstrado, deve ser imediatamente reformado o ato administrativo que declarou a SEC como vencedora do Pregão Eletrônico trazido à baila, em virtude do claro descumprimento às cláusulas do edital e da manifesta inexecutabilidade de sua proposta, sob pena de afronta aos Princípios da Vinculação ao Instrumento Convocatório e do Julgamento Objetivo.

3. DO PEDIDO

Ex positis, em razão de tudo o que restou acima demonstrado, a ora recorrente roga a V. Sa. que **DÊ PROVIMENTO** ao presente recurso para modificar a decisão ora vergastada, **declarando a empresa SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA imediatamente declarada DESCCLASSIFICADA e INABILITADA** do Pregão Eletrônico nº. 90052/2024 do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE/BA, uma vez que patentes os descumprimentos aos termos do edital, **dando prosseguimento ao presente pregão sem a participação da referida empresa.**

Nestes termos,
Pede deferimento.

São Paulo, 14 de março de 2025.

OSVALDO
CAVALCANTE
ROCHA:20795645368

Assinado de forma digital por
OSVALDO CAVALCANTE
ROCHA:20795645368
Dados: 2025.03.14 16:30:20 -03'00'

**GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS ESPECIALIZADOS EM MÃO DE
OBRA, GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E LIMPEZA LTDA
REPRESENTANTE LEGAL**



LASSERRE
ADVOGADOS

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA – TRE/BA

Pregão Eletrônico nº 90052/2024

Processo SEI nº 0017054-51.2024.6.05.8000

UASG nº 70013

CONTRARRAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO

RECORRIDA: SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA

RECORRENTE: GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS ESPECIALIZADOS EM MÃO DE OBRA, GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E LIMPEZA LTDA

I. QUESTÕES DE ORDEM

a) DA INEXISTÊNCIA DE FATOS NOVOS

A SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, vem, respeitosamente, apresentar suas contrarrrazões ao recurso administrativo interposto pela empresa GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS ESPECIALIZADOS EM MÃO DE OBRA, GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E LIMPEZA LTDA, pelos seguintes fundamentos.

O presente recurso interposto pela GESTOR repete, em sua essência, argumentos já suscitados e analisados em decisão anterior. O primeiro recurso, interposto após a declaração de vencedora da SEC, foi **parcialmente provido**, resultando no reinício do pregão. No entanto, a SEC novamente sagrou-se vencedora do certame, tendo atendido integralmente aos requisitos do edital e da legislação vigente.

Agora, a GESTOR insiste nos mesmos argumentos, ignorando a decisão já proferida, numa tentativa clara de postergar a conclusão do processo licitatório. Tal conduta caracteriza **abuso do direito de**



recorrer, conforme jurisprudência consolidada dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União (TCU).

b) DO CARÁTER PROTETATÓRIO DO RECURSO

A insistência da GESTOR em questionar os mesmos pontos já analisados revela um comportamento meramente protelatório. A impugnação de aspectos já decididos, sem a apresentação de **quaisquer fatos novos ou elementos probatórios inovadores**, tem como único objetivo postergar a adjudicação do contrato, em manifesta afronta ao princípio da eficiência administrativa.

O art. 44, § 2º, do Decreto nº 10.024/2019 prevê que **as contrarrazões devem ser apresentadas no prazo de três dias úteis**, e que o recurso administrativo deve ser admitido **somente quando houver elementos novos que possam alterar a decisão anterior**. No caso concreto, não há qualquer fato novo que justifique a reanálise da questão.

II. O MÉRITO

1. DA AUSÊNCIA DE INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA E DA LEGALIDADE DO USO DA DESONERAÇÃO DA FOLHA

Preliminarmente, destaca-se que a argumentação da recorrente acerca da suposta inexecuibilidade da proposta da empresa **SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA** carece de respaldo técnico e jurídico, visto que não há demonstração concreta da inviabilidade da execução contratual.

1.1. Ausência de estudo técnico-financeiro que comprove a inexecuibilidade

A recorrente não apresentou qualquer **estudo de viabilidade econômico-financeira** baseado nos custos reais de mercado que demonstre a inviabilidade da proposta vencedora. As alegações são meramente conjecturais e não comprovam que os preços ofertados pela SEC sejam insuficientes para a execução do objeto licitado.



Nos termos do **art. 59, III, da Lei nº 14.133/2021**, a inexecuibilidade deve ser aferida **com base em critérios objetivos**, como comparações com preços médios praticados no mercado e análise dos custos efetivos de execução, elementos que não foram demonstrados no recurso administrativo interposto.

1.2. Presença de outras propostas próximas à apresentada pela SEC

Diferentemente do alegado pela recorrente, **outras empresas também apresentaram valores compatíveis** com o da SEC, o que demonstra que o preço vencedor **não foi isolado ou fora do padrão competitivo do certame**, mas sim resultado da dinâmica de mercado e da disputa entre as concorrentes.

Nos termos da jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), quando há **mais de um licitante apresentando valores similares**, o risco de inexecuibilidade **se reduz substancialmente**, pois demonstra que há viabilidade financeira para cumprir o contrato dentro daquele patamar de preços.

1.3. Inadequação do uso de pregões do Banco do Nordeste como parâmetro comparativo

A recorrente fundamenta suas alegações de inexecuibilidade citando casos de outros pregões do **Banco do Nordeste do Brasil (BNB)**, alegando que licitantes que utilizaram a desoneração da folha foram instruídos a recalcular seus valores. Contudo, **cada licitação possui características próprias**, sendo inadequado utilizar tais precedentes como parâmetro sem considerar:

- **As diferentes composições dos objetos licitados;**
- **As condições específicas dos editais;**
- **As exigências técnicas e operacionais de cada certame.**



A simples menção a outros pregões não pode ser utilizada como justificativa para a desclassificação da SEC, uma vez que **a viabilidade de uma proposta deve ser avaliada com base nos critérios e necessidades do edital específico da presente licitação.**

2. DA LEGALIDADE DO USO DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

A alegação da recorrente de que a SEC utilizou indevidamente a **desoneração da folha de pagamento** não se sustenta, pois ignora **a estrutura tributária e fiscal da empresa, bem como seu enquadramento nos códigos CNAE válidos para o benefício.**

2.1. CNAE da SEC e enquadramento na desoneração

A alegação da recorrente de que a SEC utilizou indevidamente a desoneração da folha de pagamento não se sustenta, pois ignora o correto enquadramento fiscal da empresa, a legislação tributária aplicável e a própria jurisprudência administrativa.

A empresa vencedora possui atividade principal e secundárias que permitem a aplicação do regime de desoneração, conforme os seguintes CNAEs registrados na Receita Federal:

- 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios (Atividade principal);
- 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo;
- 82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo;
- 78.10-8-00 - Seleção e agenciamento de mão de obra.

O art. 7º e o art. 8º da Lei nº 12.546/2011 estabelecem as regras para a substituição da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento por um percentual sobre a receita bruta (CPRB – Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta). A legislação determina que empresas que exercem atividades econômicas listadas nesses dispositivos podem optar por esse regime tributário em substituição à contribuição patronal sobre a folha de pagamento (INSS 20%).



2.2. Sobre o limite de 5% da receita bruta

A recorrente argumenta que, conforme o **art. 9º, §5º da Lei nº 12.546/2011**, o benefício da desoneração da folha só poderia ser utilizado integralmente caso **as atividades econômicas não desoneradas representassem até 5% da receita bruta total da empresa**. Contudo, essa interpretação está **equivocada e descontextualizada**.

O dispositivo legal invocado pela recorrente trata da situação **exclusivamente para empresas que possuem atividades mistas**, ou seja, aquelas que exercem **atividades enquadradas na desoneração e outras não abrangidas pelo benefício**. No entanto, no presente caso, a SEC detém a maior parte de sua receita em **atividades desoneradas**, tais como **gestão de mão de obra, serviços administrativos e limpeza**, que são expressamente contempladas pelo regime da CPRB.

✦ **Texto do Art. 9º, §5º da Lei nº 12.546/2011:**

*"O disposto no §1º aplica-se às empresas que se dediquem a outras atividades, além das previstas nos arts. 7º e 8º, **somente se a receita bruta decorrente de outras atividades for superior a 5% da receita bruta total.**"*

- ◆ O trecho acima **não significa que todas as empresas precisam ter menos de 5% da receita em atividades não desoneradas para usar a CPRB**. O que o dispositivo estabelece é que, **caso a empresa tenha atividades mistas**, ela deve utilizar **o regime proporcional** para calcular a tributação da folha.

- ◆ **Se a empresa tem suas receitas concentradas em atividades desoneradas (como a SEC), ela pode usar a CPRB integralmente, independentemente de outras atividades secundárias.** Além disso, a **IN RFB nº 2110/2022**, utilizada pela recorrente para fundamentar sua argumentação, **não impede que a empresa opte pela desoneração da folha de pagamento**, desde que **sua atividade preponderante esteja incluída no regime de substituição tributária**, como é o caso da SEC. O **art. 112 da IN RFB nº 2110/2022** reforça esse entendimento ao listar **atividades sujeitas à**



retenção previdenciária quando contratadas mediante cessão de mão de obra, mas não exclui a possibilidade de adesão à CPRB para empresas cuja atividade principal seja desonerada.

✦ **Trecho relevante da IN RFB nº 2110/2022:**

"Estão sujeitos à contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB) as empresas que desenvolvem atividades relacionadas nos artigos 7º e 8º da Lei nº 12.546/2011, desde que a atividade preponderante da empresa esteja enquadrada no regime."

◆ **A atividade preponderante da SEC está dentro da lista de desoneração.** Como a empresa atua majoritariamente em serviços terceirizados e apoio administrativo, ela pode aplicar integralmente a CPRB, sem necessidade de cálculos proporcionais.

2.3. **Jurisprudência e entendimento administrativo**

A aplicação da desoneração da folha de pagamento para empresas que prestam serviços terceirizados e administrativos já foi reconhecida pelo **Tribunal de Contas da União (TCU)** e pela **Receita Federal do Brasil (RFB)**:

✦ **Acórdão nº 2275/2015 – TCU – Plenário**

"A substituição da contribuição previdenciária patronal pela Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), prevista na Lei nº 12.546/2011, pode ser aplicada a empresas que, ainda que prestem serviços a terceiros, exerçam suas atividades preponderantes dentro das classificações previstas na legislação."

✦ **Solução de Consulta Cosit nº 38/2012 – Receita Federal do Brasil**

"A base de cálculo da contribuição previdenciária substitutiva será a receita bruta auferida pela empresa, desde que esta se enquadre nos códigos da CNAE listados na legislação vigente. A opção pela CPRB é válida e obrigatória para empresas cuja atividade preponderante se enquadre nas especificações da Lei nº 12.546/2011."



2.4. A reoneração progressiva da folha de pagamento não inviabiliza a proposta

A recorrente sustenta que a reoneração da folha de pagamento até 2028 tornaria a proposta da SEC insustentável. No entanto, essa transição **já foi considerada na composição dos custos da empresa e não compromete a viabilidade contratual.**

Dentre os fatores que demonstram a viabilidade da proposta da SEC mesmo diante da reoneração, destacam-se:

1. **Previsão de reajuste contratual:** O edital prevê mecanismos de reequilíbrio econômico-financeiro, conforme os princípios da **Teoria da Imprevisão e do Equilíbrio Contratual**, caso haja impacto significativo nas condições iniciais.
2. **Margem de segurança nos custos indiretos e lucro:** A SEC estruturou sua planilha de preços de modo a absorver as variações tributárias previstas para os próximos anos, evitando impactos negativos na execução contratual.
3. **Estratégia fiscal planejada:** Empresas que atuam com mão de obra terceirizada **possuem planejamento tributário específico para adaptar-se a mudanças regulatórias**, o que demonstra que a SEC já considera esse fator em sua estratégia de negócios.

O próprio Governo Federal, ao definir a reoneração progressiva, **estabeleceu um período de adaptação para as empresas e não exigiu mudanças imediatas**, o que reforça que a SEC **terá tempo hábil para ajustar sua estrutura tributária** sem comprometer a execução do contrato.

2.5. Aceitação da planilha de custos pela Administração

A Administração Pública **já analisou e aprovou** a planilha de custos da SEC, validando sua composição financeira e a viabilidade da execução do contrato dentro dos valores ofertados.

Nos termos do **art. 5º da Lei nº 14.133/2021**, as decisões da Administração devem respeitar os princípios da **legalidade, competitividade e isonomia**, não podendo ser modificadas sem base técnica ou jurídica que justifique a necessidade de desclassificação da empresa vencedora.



3. DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA E DA CORRETA APLICAÇÃO DAS ALÍQUOTAS DE PIS E COFINS

A recorrente argumenta que a SEC teria subestimado as alíquotas efetivas de PIS e COFINS em sua planilha de custos, ao adotar os percentuais de 0,03% para o PIS e 0,15% para a COFINS, quando os valores corretos seriam 0,05% e 0,25%, respectivamente. No entanto, essa alegação ignora um fator essencial: a retenção dessas contribuições pelo contratante na forma da legislação tributária vigente.

3.1. A Retenção na Fonte Pelo Contratante Impacta o Valor Efetivo das Contribuições

Nos termos do art. 30 da Lei nº 10.833/2003, quando uma empresa prestadora de serviços recebe pagamentos de uma pessoa jurídica, o contratante (tomador do serviço) é responsável por reter e recolher o PIS e a COFINS na fonte. Esse mecanismo reduz a carga tributária efetiva da prestadora de serviços, uma vez que parte do tributo já foi retido e recolhido pelo tomador.

✦ Base Legal:

- **Art. 30 da Lei nº 10.833/2003** – Retenção na fonte de PIS e COFINS sobre pagamentos a pessoas jurídicas prestadoras de serviços.
- **Instrução Normativa RFB nº 459/2004** – Regulamenta a retenção e compensação do PIS e COFINS pela prestadora.

A recorrente, ao afirmar que a SEC deveria aplicar as alíquotas máximas de PIS e COFINS, desconsidera esse mecanismo de retenção, que reduz o valor efetivo devido pela empresa. A SEC, por sua vez, corretamente considerou essa retenção na formação de seus preços, refletindo a tributação líquida que de fato impacta sua operação.

♦ A Administração deve considerar essa retenção ao analisar a planilha da SEC, pois é um fator legítimo e previsto na legislação tributária.



3.2. Estrutura Tributária Diferente Não Significa Erro

A recorrente parte do pressuposto de que todas as empresas devem ter a mesma carga tributária, o que é equivocado. A tributação efetiva do PIS e da COFINS pode variar de empresa para empresa, dependendo de fatores como:

- ✓ Regime de apuração (cumulativo ou não-cumulativo);
- ✓ Créditos fiscais disponíveis para abatimento;
- ✓ Retenções na fonte pelo contratante;
- ✓ Benefícios fiscais específicos aplicáveis à atividade.

✦ Acórdão TCU nº 3021/2017 – Plenário

"Os valores atribuídos a tributos e encargos sociais devem ser analisados dentro do contexto da estrutura contábil da empresa licitante, e não com base em médias ou generalizações que não refletem a realidade de cada participante."

Dessa forma, a SEC adotou corretamente as alíquotas líquidas aplicáveis à sua realidade fiscal, considerando a retenção na fonte e eventuais créditos fiscais, sem qualquer erro ou irregularidade na composição dos custos.

3.3. Eventuais Ajustes Não Comprometem a Exequibilidade

Mesmo que se entenda necessário um ajuste pontual na metodologia de cálculo das alíquotas, isso não compromete a viabilidade da proposta. Pequenas diferenças na forma de cálculo são comuns em licitações e não caracterizam inexecuibilidade.

✦ Acórdão TCU nº 2920/2018 – Plenário

"Divergências pontuais na composição de custos não são, por si só, suficientes para justificar a desclassificação de uma proposta, devendo ser analisadas no contexto da viabilidade global do contrato."



♦ **Lei nº 14.133/2021, art. 59, § 4º**

"A Administração deve oportunizar à empresa a chance de comprovar a exequibilidade da proposta antes de qualquer decisão de desclassificação, evitando rejeições indevidas por critérios subjetivos."

Se a Administração entender que algum ajuste na composição do PIS e da COFINS é necessário, a SEC pode realizar a adequação sem que isso comprometa a viabilidade do contrato, pois a diferença é marginal e não afeta sua capacidade de execução.

4. DA REGULARIDADE DA ALÍQUOTA DO SEGURO ACIDENTE DE TRABALHO (SAT) NA PLANILHA DE CUSTOS DA SEC

A recorrente sustenta que a SEC teria indicado incorretamente **uma alíquota de 1,5% para o SAT**, quando deveria ter considerado **o RAT Ajustado de 3%**. No entanto, essa alegação **não compromete a viabilidade da proposta**, por diversos motivos:

4.1. O SAT varia conforme o FAP e a Estrutura Fiscal da Empresa

O **Seguro Acidente de Trabalho (SAT)**, também denominado **Risco Ambiental do Trabalho (RAT)**, é definido com base em dois fatores principais:

- ✓ **A alíquota RAT**, conforme o grau de risco da atividade econômica principal da empresa (**1% para risco leve, 2% para médio e 3% para alto**);
- ✓ **O Fator Acidentário de Prevenção (FAP)**, um multiplicador individualizado por empresa, calculado anualmente pela **Previdência Social**, com base na **quantidade e gravidade dos acidentes de trabalho** registrados.

♦ **Base Legal:**

- **Lei nº 8.212/1991**, art. 22, II (estabelece o RAT)
- **Decreto nº 6.957/2009** (institui o FAP como critério de ajuste do RAT)
- **Resolução CNP nº 1.329/2017** (regras de cálculo do FAP)



A recorrente parte do pressuposto de que **toda empresa com RAT de 3% deveria pagar exatamente 3% sobre a folha de salários**, ignorando que **o FAP pode reduzir significativamente esse percentual**.

4.2. A SEC Pode Ter Aplicado um FAP Inferior a 1,0, Reduzindo o RAT Ajustado

O documento apresentado pela recorrente **demonstra que o RAT nominal da SEC é de 3%**, mas **não comprova que o FAP aplicado pela empresa seja 1,0 ou superior**.

Se a SEC possui **um FAP menor que 1,0** (por exemplo, 0,5), **a alíquota ajustada pode ser reduzida a 1,5%**, exatamente como indicado na planilha da empresa.

✦ Exemplo prático:

Se o RAT da empresa é **3%** e o seu **FAP é 0,5**, então:

◆ **$\text{RAT Ajustado} = 3\% \times 0,5 = 1,5\%$**

Esse cálculo **está absolutamente correto** e **não configura erro na planilha da SEC**, mas sim um benefício fiscal legítimo decorrente de **boas práticas de segurança do trabalho e menor sinistralidade**.

◆ **Cabe à Administração solicitar esclarecimentos à SEC sobre o FAP aplicado antes de qualquer decisão sobre inexecutabilidade.**

4.3. Eventuais Ajustes Não Comprometem a Exequibilidade

Mesmo que houvesse necessidade de **ajuste na alíquota do SAT**, tal correção **não compromete a exequibilidade da proposta da SEC**, pois trata-se de um **ajuste pontual na composição de custos**, e não de um erro estrutural que inviabilize a execução do contrato.

✦ Acórdão TCU nº 2920/2018 – Plenário

"Divergências pontuais na composição de custos não são, por si só, suficientes para justificar a desclassificação de uma proposta, devendo ser analisadas no contexto da viabilidade global do contrato."



✦ **Acórdão TCU nº 1031/2016 – Plenário**

"A Administração deve oportunizar aos licitantes a chance de esclarecer eventuais inconsistências nas planilhas de custo antes de decidir pela inabilitação ou desclassificação da proposta."

Dessa forma, **caso a Administração entenda necessário revisar a alíquota do SAT**, a SEC **pode fornecer a documentação comprobatória do FAP utilizado** ou **adequar os valores sem que isso implique inexecutabilidade da proposta**.

5. DA PLENA REGULARIDADE DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DA SEC

A recorrente sustenta que a empresa SEC **não teria apresentado documentos essenciais para sua habilitação**, incluindo **as declarações exigidas pelo item 12.1.1 do edital e a comprovação de regularidade fiscal prevista no item 12.1.3**. No entanto, essa alegação **não se sustenta**, pois a SEC **cumpriu integralmente as exigências editalícias**, utilizando os meios previstos na legislação vigente.

5.1. A SEC apresentou todas as declarações exigidas pelo edital através do sistema COMPRASNET

A documentação apresentada comprova que a SEC **assinou digitalmente e submeteu todas as declarações obrigatórias dentro do sistema COMPRASNET**, plataforma oficial utilizada para a condução do certame.

✦ **Prova:**

A imagem anexada demonstra que a SEC **manifestou ciência e aceitação das exigências editalícias**, incluindo:

- ✓ Ciência do ato convocatório e dos custos trabalhistas;
- ✓ Atendimento aos requisitos de habilitação;
- ✓ Cumprimento das exigências de reserva de cargos para PCDs e aprendizes;
- ✓ Observância à vedação de trabalho noturno, perigoso e insalubre para menores;
- ✓ Compromisso com a vedação ao tratamento desumano ou degradante.



Termo de aceitação das declarações

Condições de participação

- ☒ Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- ☒ Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

Declarações para fins de habilitação

- ☒ Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.
- ☒ Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.
- ☒ Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- ☒ Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- ☒ Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Declarações de cumprimento à legislação trabalhista

- ☒ Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.
- ☒ Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

✦ **Base Legal:**

- **Lei nº 14.133/2021, art. 12, § 1º:** Permite que a Administração exija declarações de compromisso e aceitação de condições via meio eletrônico.
- **Decreto nº 10.024/2019, art. 26:** Regulamenta que, nos pregões eletrônicos, as declarações podem ser apresentadas diretamente pelo sistema COMPRASNET.
- ♦ **A Administração reconheceu como válidas as declarações apresentadas via COMPRASNET, atendendo integralmente ao exigido pelo edital.**

5.2. A SEC comprovou sua regularidade fiscal pelo SICAF

A recorrente também alega que a SEC **não teria apresentado sua regularidade fiscal**, incluindo a inscrição no CNPJ e demais certidões. Entretanto, a SEC **estava regularmente cadastrada e**



habilitada no SICAF, sistema integrado utilizado pela Administração Pública para a verificação automática da regularidade fiscal dos fornecedores.

✦ **Base Legal:**

- **Art. 62 da Lei nº 14.133/2021:** O cadastro no SICAF **pode substituir a apresentação de documentos individuais**, desde que o sistema contemple todas as informações exigidas.
- **Art. 17 do Decreto nº 10.024/2019:** A **consulta automática ao SICAF** equivale à apresentação dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista.

♦ **O SICAF é um sistema oficial do governo para essa finalidade, e a SEC estava devidamente regular no momento da licitação.** Dessa forma, a exigência de apresentação manual de documentos que já constam no SICAF **seria redundante e contrária aos princípios da eficiência e economicidade.**

✦ **Precedente do Tribunal de Contas da União (TCU):**

✦ **Acórdão nº 1214/2021 – Plenário**

"A verificação da habilitação de um licitante por meio do SICAF supre a necessidade de apresentação física dos documentos exigidos no edital, exceto quando expressamente previsto em sentido contrário."

♦ **Como não há no edital qualquer vedação ao uso do SICAF para comprovação da regularidade fiscal, a habilitação da SEC foi correta e está plenamente válida.**

6. RESUMO DAS CONTRARRAZÕES

Diante das alegações da recorrente, a empresa **SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA** apresenta suas contrarrrazões para demonstrar a **plena exequibilidade de sua proposta e a regularidade de sua habilitação no certame**, refutando as inconsistências apontadas.

♦ **1. Demonstração da Exequibilidade da Proposta**

A recorrente alegou inexecuibilidade da proposta da SEC com base em **supostas falhas na aplicação de tributos (PIS/COFINS) e na desoneração da folha de pagamento**. No entanto:



- ✓ **A SEC aplicou corretamente as alíquotas de PIS e COFINS**, considerando a **retenção na fonte pelo contratante**, conforme previsto no **art. 30 da Lei nº 10.833/2003**.
- ✓ **A SEC está regularmente enquadrada no regime de desoneração da folha**, conforme seu CNAE principal (**81.21-4-00 - Limpeza em prédios e domicílios**) e de acordo com a **Lei nº 12.546/2011** e a **IN RFB nº 2110/2022**.
- ✓ **A estrutura tributária pode variar entre empresas**, e a SEC adotou **percentuais compatíveis com sua realidade fiscal**, sem qualquer erro na composição dos preços.
- ✓ Mesmo que ajustes fossem necessários, **isso não comprometeria a exequibilidade da proposta**, conforme jurisprudência do **Tribunal de Contas da União (TCU)**.

◆ **2. Regularidade da Alíquota do Seguro Acidente de Trabalho (SAT)**

A recorrente alegou que a SEC **teria informado incorretamente a alíquota do SAT**, mas:

- ✓ **A SEC utilizou corretamente o Fator Acidentário de Prevenção (FAP) na composição do RAT Ajustado**, conforme previsto no **Decreto nº 6.957/2009** e na **Resolução CNP nº 1.329/2017**.
- ✓ **A alíquota de 1,5% para o SAT pode estar correta**, pois se a empresa possui um FAP inferior a 1,0, a alíquota ajustada é reduzida proporcionalmente.
- ✓ A própria legislação previdenciária **permite variação da alíquota ajustada do SAT entre empresas**.
- ✓ **Caso algum ajuste fosse necessário, isso não comprometeria a execução do contrato**, sendo uma questão meramente contábil.

◆ **3. Regularidade da Documentação de Habilitação**

A recorrente afirmou que a SEC **não teria apresentado declarações obrigatórias e documentos de regularidade fiscal**, mas:

- ✓ **A SEC apresentou todas as declarações exigidas no edital via sistema COMPRASNET**, conforme permitido pelo **Decreto nº 10.024/2019** e a **Lei nº 14.133/2021**.
- ✓ **A regularidade fiscal da SEC foi comprovada automaticamente pelo SICAF**, sistema integrado da Administração Pública, dispensando a apresentação física dos documentos, conforme entendimento do **TCU (Acórdão nº 1214/2021 – Plenário)**.



✓ **O edital não impede o uso do SICAF para comprovação da habilitação**, tornando a alegação da recorrente improcedente.

✓ **A SEC foi corretamente habilitada pelo pregoeiro**, o que reforça a regularidade de sua participação no certame.

7. CONCLUSÃO E PEDIDOS

Diante do exposto, restou amplamente demonstrado que:

✓ **A proposta da SEC é exequível**, pois foi elaborada com base em cálculos corretos, considerando a **tributação real da empresa e o regime de desoneração aplicável**.

✓ **Não há qualquer erro estrutural ou irregularidade que comprometa a viabilidade da execução do contrato**, sendo eventuais ajustes contábeis normais no contexto de licitações.

✓ **A SEC cumpriu integralmente os requisitos de habilitação**, apresentando **todas as declarações obrigatórias via ComprasNet e sua regularidade fiscal via SICAF**, conforme permitido pela legislação vigente.

✓ **A Administração Pública já analisou e validou todos os documentos da SEC**, confirmando que a empresa atendeu às exigências do edital.

Dessa forma, requer-se:

✦ **1. O indeferimento do recurso interposto pela recorrente**, por ausência de fundamento legal e técnico para a impugnação da proposta da SEC.

✦ **2. A manutenção da classificação da SEC como vencedora do certame**, garantindo o respeito aos princípios da **legalidade, isonomia e competitividade**.

✦ **3. O reconhecimento da plena regularidade da habilitação da SEC**, rejeitando a alegação de ausência documental, visto que os requisitos foram cumpridos via **SICAF e ComprasNet**.

Assim, pugna-se pelo **arquivamento da impugnação da recorrente e pelo prosseguimento regular do certame**, sem qualquer prejuízo à empresa SEC.



LASSERRE
ADVOGADOS

Nestes termos

Pede deferimento.

Salvador/BA, em 19 de março de 2025

FABIO RIGAUD DOS SANTOS:814941065-15
Assinado de forma digital por
FABIO RIGAUD DOS SANTOS:81494106515
Data: 2025.03.19 16:19:41 -03'00'

Fábio Rigaud dos Santos

Sócio Administrador

CPF 814.941,065-15



Eladio Lasserre

OAB/BA – 15.906

Contribuições Sociais do Contribuinte

Filtro de pesquisa

Período de Apuração:

02/2025

Pesquisar

Número do Recibo do evento de origem:

1.1.0000000031358525317

SEC SERVICOS DE MAO

Razão Social

99 - Pessoas Jurídicas e

Classificação Tributária

Informações Complementares

Indicativo de Cooperativa

0 - Não é cooperativa

Indicativo de Construtora

0 - Não é Construtora

Indicativo de Substituição da Contribuição Previdenciária Patronal

1 - Integralmente substituída

Indicador de tributação sobre a folha de pagamento - PIS e PASEP

☐ Sim ☒ Não

Percentual não substituído pela CPRB

0

Percentual de contribuição social

-

Resumo da Folha de Pagamento

BASES DE CÁLCULO

BASES DE CÁLCULO11 - Base de cálculo da contribuição previdenciária

VALOR 1.202.253,18

CONTRIBUIÇÕES DO SEGURADOValor total da contribuição

VALOR DESCONTADO 91.937,35

VALOR CALCULADO 93.643,92

DEDUÇÕESValor total do salário-família

VALOR 10309,02

DEDUÇÕESValor total do salário-maternidade

VALOR 4330,70

VALORES CORRESPONDENTES ÀS REMUNERAÇÕES A TÍTULO DE 13º SALÁRIO INCLUÍDAS EM FOLHA MENSAL - EMPRESAS DESONERADAS

Base de cálculo da contribuição previdenciária - Remuneração a título de 13º salário

VALOR 4660,59

VALORES CORRESPONDENTES ÀS REMUNERAÇÕES A TÍTULO DE 13º SALÁRIO INCLUÍDAS EM FOLHA MENSAL - EMPRESAS DESONERADAS

Base de cálculo da contribuição adicional para o financiamento dos benefícios de aposentadoria especial após 15 anos de contribuição - Remuneração a título de 13º salário

VALOR 0

VALORES CORRESPONDENTES ÀS REMUNERAÇÕES A TÍTULO DE 13º SALÁRIO INCLUÍDAS EM FOLHA MENSAL - EMPRESAS DESONERADAS

Base de cálculo da contribuição adicional para o financiamento dos benefícios de aposentadoria especial após 20 anos de contribuição - Remuneração a título de 13º salário

VALOR 0

VALORES CORRESPONDENTES ÀS REMUNERAÇÕES A TÍTULO DE 13º SALÁRIO INCLUÍDAS EM FOLHA MENSAL - EMPRESAS DESONERADAS

Base de cálculo da contribuição adicional para o financiamento dos benefícios de aposentadoria especial após 25 anos de contribuição - Remuneração a título de 13º salário

VALOR 0

VALORES CORRESPONDENTES ÀS REMUNERAÇÕES A TÍTULO DE 13º SALÁRIO INCLUÍDAS EM FOLHA MENSAL - EMPRESAS DESONERADAS

Base de cálculo com incidência suspensa em decorrência de decisão judicial - Remuneração a título de 13º salário

VALOR 0

VALORES CORRESPONDENTES ÀS REMUNERAÇÕES A TÍTULO DE 13º SALÁRIO INCLUÍDAS EM FOLHA MENSAL - EMPRESAS DESONERADAS

Base de cálculo da contribuição previdenciária adicional correspondente a exposição a agente nocivo que dá ao trabalhador direito a aposentadoria especial aos 15 anos de trabalho, com incidência suspensa em decorrência de decisão judicial - Remuneração a título de 13º salário

VALOR 0

VALORES CORRESPONDENTES ÀS REMUNERAÇÕES A TÍTULO DE 13º SALÁRIO INCLUÍDAS EM FOLHA MENSAL - EMPRESAS DESONERADAS

Base de cálculo da contribuição previdenciária adicional correspondente a exposição a agente nocivo que dá ao trabalhador expectativa de aposentadoria especial aos 20 anos de trabalho, com incidência suspensa em decorrência de decisão judicial - Remuneração a título de 13º salário

VALOR 0

VALORES CORRESPONDENTES ÀS REMUNERAÇÕES A TÍTULO DE 13º SALÁRIO INCLUÍDAS EM FOLHA MENSAL - EMPRESAS DESONERADAS

Base de cálculo da contribuição previdenciária adicional correspondente a exposição a agente nocivo que dá ao trabalhador direito a aposentadoria especial aos 25 anos de trabalho, com incidência suspensa em decorrência de decisão judicial - Remuneração a título de 13º salário

VALOR 0

Estabelecimento 33.282.182/0001-90

Informações relativas ao estabelecimento, necessárias à apuração das contribuições sociais

CNAE Preponderante

7112000

Alíquota RAT

3

FAP

0.5000

Alíquota RAT Ajustada

1.5000

CNPJ Responsável

Lotação 8

Lotação 10

Lotação 11

Lotação 22

Lotação 6

Lotação 12

Lotação 20

Lotação 1

Lotação 14

Lotação 21

Lotação 19

Lotação 16

Lotação 13

Lotação 18

Códigos de Receita por Estabelecimento

CÓDIGO DE RECEITA1138-01 - CP PATRONAL - EMPREGADOS/AVULSOS	
VALOR CORRESPONDENTE AO CÓDIGO DE RECEITA - CR APURADO	59.879,62
VALOR SUSPENSO CORRESPONDENTE AO CÓDIGO DE RECEITA - CR APURADO	-
CÓDIGO DE RECEITA1170-01 - CP TERCEIROS - SALÁRIO EDUCAÇÃO	
VALOR CORRESPONDENTE AO CÓDIGO DE RECEITA - CR APURADO	30.056,32
VALOR SUSPENSO CORRESPONDENTE AO CÓDIGO DE RECEITA - CR APURADO	-
CÓDIGO DE RECEITA1176-01 - CP TERCEIROS - INCRA	
VALOR CORRESPONDENTE AO CÓDIGO DE RECEITA - CR APURADO	2.404,50
VALOR SUSPENSO CORRESPONDENTE AO CÓDIGO DE RECEITA - CR APURADO	-

CÓDIGO DE RECEITA1191-01 - CP TERCEIROS - SENAC	
VALOR CORRESPONDENTE AO CÓDIGO DE RECEITA - CR APURADO	12.022,53
VALOR SUSPENSO CORRESPONDENTE AO CÓDIGO DE RECEITA - CR APURADO	-
CÓDIGO DE RECEITA1196-01 - CP TERCEIROS - SESC	
VALOR CORRESPONDENTE AO CÓDIGO DE RECEITA - CR APURADO	18.033,79
VALOR SUSPENSO CORRESPONDENTE AO CÓDIGO DE RECEITA - CR APURADO	-
CÓDIGO DE RECEITA1200-01 - CP TERCEIROS - SEBRAE	
VALOR CORRESPONDENTE AO CÓDIGO DE RECEITA - CR APURADO	7.213,51
VALOR SUSPENSO CORRESPONDENTE AO CÓDIGO DE RECEITA - CR APURADO	-
CÓDIGO DE RECEITA1646-01 - CP PATRONAL - GILRAT AJUSTADO	
VALOR CORRESPONDENTE AO CÓDIGO DE RECEITA - CR APURADO	18.033,79
VALOR SUSPENSO CORRESPONDENTE AO CÓDIGO DE RECEITA - CR APURADO	-

Informações consolidadas das contribuições sociais

CODIGO RECEITA1082-01 - CP SEGURADOS - EMPREGADOS/AVULSOS	
VALOR	93.643,92
VALOR SUSPENSO	-
CODIGO RECEITA1138-01 - CP PATRONAL - EMPREGADOS/AVULSOS	
VALOR	59.879,62
VALOR SUSPENSO	-
CODIGO RECEITA1170-01 - CP TERCEIROS - SALÁRIO EDUCAÇÃO	
VALOR	30.056,32
VALOR SUSPENSO	-
CODIGO RECEITA1176-01 - CP TERCEIROS - INCRA	
VALOR	2.404,50
VALOR SUSPENSO	-
CODIGO RECEITA1191-01 - CP TERCEIROS - SENAC	
VALOR	12.022,53
VALOR SUSPENSO	-
CODIGO RECEITA1196-01 - CP TERCEIROS - SESC	
VALOR	18.033,79
VALOR SUSPENSO	-

CODIGO RECEITA 1200-01 - CP TERCEIROS - SEBRAE	
VALOR	7.213,51
VALOR SUSPENSO	-
CODIGO RECEITA 1646-01 - CP PATRONAL - GILRAT AJUSTADO	
VALOR	18.033,79
VALOR SUSPENSO	-

Voltar

Baixar XML (<https://www.esocial.gov.br/portal/Totalizador/ContribuicoesSociais/DownloadEvento?idEvento=31358527452&recibo=>)

;;

v_s_1.3.0 2024_15.6.0



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Resultado da Consulta FAP - Ano Vigência 2025

Dados do Estabelecimento

CNPJ	33.282.182/0001-90
Razão Social	SEC SERVICOS DE MAO DE OBRA TEMPORARIA LTDA
Endereço	PC MARTINIANO MAIA 119 EDIF BIANA SALA 107, CENTRO, LAURO DE FREITAS, BA, 42702720
Início da Atividade	08/04/2019
Última Atualização na RFB	08/04/2019

Dados do FAP

Vigência: 2025	Valor: 0,5000	Tipo: Cálculo Original	Realizado em: 30/09/2024
----------------	---------------	------------------------	--------------------------

Informações da Extração

Vigência: 2025	Início Período Base: 01/01/2022	Fim Período Base: 31/12/2023
GFIP: 02/04/2024	Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP	
Benefícios: 07/05/2024	Sistema Único de Benefícios - SUB	
ESocial: 23/07/2024	Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial	
CAT: 15/08/2024	Sistema de Comunicação de Acidente de Trabalho - CATWEB	
Expectativa de Vida: 13/03/2024	Ano Referência: 2022	IBGE

Dados do Cálculo

0 Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT
0 B91 - Auxílio por incapacidade temporária por acidente de trabalho
0 B92 - Aposentadoria por incapacidade permanente por acidente de trabalho
0 B93 - Pensão por morte por acidente de trabalho
0 B94 - Auxílio-acidente por acidente de trabalho
0 Nexo Técnico Previdenciário sem CAT vinculada
R\$ 0,00 Valor Total de Benefícios Pagos
R\$ 20.356.896,48 Massa Salarial
542,00 Número Médio de Vínculos
18.010 Total de Estabelecimentos na subclasse CNAE
16.866 Total de Estabelecimentos na subclasse CNAE com todos os insumos necessários ao cálculo do FAP
71.12-0/00 CNAE - SERVICOS DE ENGENHARIA

Indicadores do Cálculo

Índice de Frequência: 0,0000	Nº Ordem de Frequência: 1,0000	Percentil de Frequência: 0,0000
Índice de Gravidade: 0,0000	Nº Ordem de Gravidade: 1,0000	Percentil de Gravidade: 0,0000
Índice de Custo: 0,0000	Nº Ordem de Custo: 1,0000	Percentil de Custo: 0,0000
Taxa Média de Rotatividade: 13,9989%	Índice Composto: 0,0000	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO - PRE/DG/SGA/NUP

PROCESSO SEI Nº 0017054-51.2024.6.05.8000

ASSUNTO: Análise de Recurso Interposto no Pregão Eletrônico nº 90052/2024

RECORRENTE: GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS ESPECIALIZADOS EM MÃO DE OBRA, GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E LIMPEZA LTDA.

RECORRIDA: SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA

I - RELATÓRIO - DECISÃO DO PREGOEIRO.

Trata-se de Recurso Administrativo interposto, constante no doc SEI nº 3278142 tempestivamente, através do Sistema Portal de Compras pela empresa recorrente suso mencionada contra a decisão do Pregoeiro que classificou e declarou vencedora do certame a empresa **SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA**, cujo objeto é a licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de empresa para prestação contínua de serviços terceirizados, com cessão de mão de obra residente, de apoio administrativo e com fornecimentos de materiais e equipamentos necessários para execução de serviços de preparação e digitalização de documentos, atendimento de clientes internos e externos, e alocação de postos de trabalho de Auxiliar Administrativo, Assistente de Rotinas Administrativas, Gerente e Subgerente de Serviços e Estatístico.

Quanto às alegações da empresa recorrente **GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS ESPECIALIZADOS EM MÃO DE OBRA LTDA**, anexado no (doc SEI nº 3278142), primeiramente a licitante inconformada com a habilitação da recorrida, passa a expor uma série de irregularidades nas planilhas de custos e formação de preços e, também, diversos requisitos que na sua interpretação foram de encontro ao edital na fase de habilitação da proposta.

Nessa perspectiva, a empresa recorrente apresenta os itens repito que, sob seu ponto de vista não estão em consonância com o edital.

- **DAS IRREGULARIDADES NA PROPOSTA DE PREÇOS DA RECORRIDA**
- **INEXEQUIBILIDADE**

Preclaro Pregoeiro, data máxima vênia, não consegue se compreender como foi possível se aceitar a proposta de preços apresentada pela empresa recorrida no certame, à medida que esta se encontra em flagrante descompasso à legislação vigente e aos preços praticados de mercado, sendo manifestamente inexecutável, o que indiscutivelmente deveria ter ensejado sua desclassificação.

A uma, como se pode extrair da Planilha de Custos e Formação de Preços da SEC, esta preencheu o mencionado documento adotando o regime de

desoneração da folha de pagamento.

Nesse contexto, a recorrida cotou, em sua proposta de preços, a alíquota de 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) a título de CPRB – Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, e reduziu a zero as alíquotas correspondentes aos encargos sociais do INSS.

Quanto ao PIS e COFINS, a recorrente alega que a empresa vencedora realizou os cálculos de forma incorreta. Nesse contexto a empresa Gestor Serviços juntou planilhas de cálculos com demonstração das alíquotas médias para o período em exame para PIS e COFINS respectivamente 0,05% e 0,25%.

No tocante a alíquota do SAT/RAT devidamente ajustada a recorrida utilizou o percentual a de 1,5% ao passo que a recorrente entende que esse percentual deveria ser de 3% conforme documentação apresentada pelo empresa vencedora.

No que tange a habilitação da **SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA**, a recorrente discorre sobre os vícios na documentação de habilitação da recorrida, sob argumentação de que a SEC deixou de apresentar as declarações enumeradas na condição 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3.

Concluindo que a recorrente não apresentou diversos documentos exigidos a título de habilitação, falhando em comprovar sua habilitação jurídica, regularidade fiscal:

Por derradeiro, pugna à recorrente pelo provimento do recurso para modificar a decisão vergastada, declarando a empresa **SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA imediatamente DESCLASSIFICADA/INABILITADA**.

II - DAS CONTRARRAZÕES

Na apresentação das Contrarrazões, anexadas no doc sei nº3278150, a licitante declarada vencedora, SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA, contrapõe-se as razões da recorrente, sob o argumento de que as manifestações recursais contra a proposta dessa licitante não merecem prosperar posto o caráter protelatório do recurso, diante da inexistência de fatos novos.

A) DA AUSÊNCIA DE INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA

A recorrente destaca a ausência de estudo de viabilidade econômico-financeiro baseado nos custos reais de mercado que demonstre a inviabilidade da proposta vencedora. As alegações são meramente conjecturais e não comprovam que os preços ofertados pela SEC sejam insuficientes para execução do objeto licitado.

B) DA CORRETA APLICAÇÃO DAS ALÍQUOTAS DE PIS E COFINS:

A recorrente argumenta que a SEC teria subestimado as alíquotas efetivas de PIS e COFINS em sua planilha de custos, ao adotar os percentuais de 0,03% para o PIS e 0,15% para a COFINS, quando os valores corretos seriam 0,05% e 0,25%, respectivamente. No entanto, essa alegação ignora um fator essencial: a retenção dessas contribuições pelo contratante na forma da legislação tributária vigente. A Retenção na Fonte Pelo Contratante Impacta o Valor Efetivo das

Contribuições Nos termos do art. 30 da Lei nº 10.833/2003, quando uma empresa prestadora de serviços recebe pagamentos de uma pessoa jurídica, o contratante (tomador do serviço) é responsável por reter e recolher o PIS e a COFINS na fonte. Esse mecanismo reduz a carga tributária efetiva da prestadora de serviços, uma vez que parte do tributo já foi retido e recolhido pelo tomador.

C) DA REGULARIDADE DA ALÍQUOTA DO SEGURO ACIDENTE DE TRABALHO (SAT)

A recorrente sustenta que a SEC teria indicado incorretamente uma alíquota de 1,5% para o SAT, quando deveria ter considerado o RAT Ajustado de 3%. No entanto, essa alegação não compromete a viabilidade da proposta, por diversos motivos:

O SAT varia conforme o FAP e a Estrutura Fiscal da Empresa.

O Seguro Acidente de Trabalho (SAT), também denominado Risco Ambiental do Trabalho (RAT), é definido com base em dois fatores principais:

- A alíquota RAT, conforme o grau de risco da atividade econômica principal da empresa (1% para risco leve, 2% para médio e 3% para alto);
- O Fator Acidentário de Prevenção (FAP), um multiplicador individualizado por empresa, calculado anualmente pela Previdência Social, com base na quantidade e gravidade dos acidentes de trabalho registrados.

D) DA LEGALIDADE DO USO DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

A alegação da recorrente de que a SEC utilizou indevidamente a desoneração da folha de pagamento não se sustenta, pois ignora a estrutura tributária e fiscal da empresa, bem como seu enquadramento nos códigos CNAE válidos para o benefício.

CNAE da SEC e enquadramento na desoneração

A alegação da recorrente de que a SEC utilizou indevidamente a desoneração da folha de pagamento não se sustenta, pois ignora o correto enquadramento fiscal da empresa, a legislação tributária aplicável e a própria jurisprudência administrativa.

A empresa vencedora possui atividade principal e secundárias que permitem a aplicação do regime de desoneração, conforme os seguintes CNAEs registrados na Receita Federal:

- 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios (Atividade principal);
- 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo;
- 82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo;
- 78.10-8-00 - Seleção e agenciamento de mão de obra.

O art. 7º e o art. 8º da Lei nº 12.546/2011 estabelecem as regras para a substituição da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento por um percentual sobre a receita bruta (CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta). A legislação determina que empresas que exercem atividades econômicas listadas nesses dispositivos podem optar por esse regime

tributário em substituição à contribuição patronal sobre a folha de pagamento (INSS 20%).

III - DOS FUNDAMENTOS DO PREGOEIRO

Dos Fundamentos da Decisão do Pregoeiro.

Observando as razões apresentadas pela empresa **GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS ESPECIALIZADOS EM MÃO DE OBRA LTDA.**, em confronto com as disposições estabelecidas no edital, bem como as contrarrazões apresentadas pela licitante vencedora do certame, este signatário depreende que as alegações da recorrente, no que diz respeito às planilhas de custos e formação de preços e inexequibilidade, apesar de ostentar boa fundamentação, elas não devem prosperar, pois, encontram seus limites estabelecidos nas regras do edital.

No que diz respeito à desoneração da folha de pagamento, além dos argumentos apresentados nas contrarrazões o pregoeiro ampara-se no Parecer ASJUR Nº 254/2023 SEI Nº 0008240-21.2022.6.05.8000(doc 2381619 conforme abaixo:

“9. No que tange à aplicação da desoneração, assiste razão à recorrida. Com efeito, ainda que o objeto da licitação não se enquadre no rol de atividades que autorizam a tributação diferenciada, a Lei nº 12.546/2011 admite a extensão do benefício às atividades secundárias das empresas que atuam nos segmentos definidos nos artigos 7º e 8º da norma. Nesta perspectiva, prescreve o art. 9º da Lei nº 12.546/2011:

Art. 9º Para fins do disposto nos arts. 7º e 8º desta Lei: (...) § 1º No caso de empresas que se dedicam a outras atividades além das previstas nos arts. 7º e 8º, o cálculo da contribuição obedecerá:

I - ao disposto no caput desses artigos quanto à parcela da receita bruta correspondente às atividades neles referidas; e

II - ao disposto no art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, reduzindo-se o valor da contribuição dos incisos I e III do caput do referido artigo ao percentual resultante da razão entre a receita bruta de atividades não relacionadas aos serviços de que tratam o caput do art. 7º desta Lei ou à fabricação dos produtos de que tratam os incisos VII e VIII do caput do art. 8º desta Lei e a receita bruta total.

(...)

§ 5º O disposto no § 1º aplica-se às empresas que se dediquem a outras atividades, além das previstas nos arts. 7º e 8º, somente se a receita bruta decorrente de outras atividades for superior a 5% (cinco por cento) da receita bruta total.

§ 6º Não ultrapassado o limite previsto no § 5º, a contribuição a que se refere o caput dos arts. 7º e 8º será calculada sobre a receita bruta total auferida no mês. (grifo acrescido)

9.1. Portanto, desde que a receita auferida com as atividades secundárias não

supere 5% da receita bruta total da empresa, as contribuições previdenciárias a cargo do empregador, que corresponderiam à incidência do percentual de 20% sobre a remuneração do profissional, poderão ser substituídas pela aplicação da alíquota de 4,5% incidente sobre o faturamento [1].

9.2. Registre-se que a licitante é responsável pela veracidade das declarações fornecidas ao fisco, não competindo a este Tribunal averiguar a composição das receitas da empresa (quanto representa a parcela atinente a cada tipo de atividade desempenhada).

Acerca da inexecuibilidade apontada pela recorrente, ela também, não se sustenta posto que, a condição 11.4 do instrumento convocatório disciplina que é indício de inexecuibilidade da proposta valor inferior a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

Levando em conta que o valor orçado pela Administração para contratação do objeto foi de R\$ **4.354.912,83** (quatro milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil novecentos e doze reais e oitenta e três centavos) e que a proposta vencedora foi de R\$ 3.799.915,63 (três milhões setecentos e noventa e nove mil, novecentos e quinze reais e sessenta e três centavos). Com espeque nos valores acima, o lance do licitante vencedor alcançou o percentual de 87,25% percentual bem superior aquele de 50% exigido no edital.

$$\cdot (3.799.915,63/4.354.912,83)*100 = 87,25$$

Sobre o cálculo dos percentuais das alíquotas de PIS 0,03% e COFINS 0,15% não cumulativo, o pregoeiro não tem *expertise* para entrar no mérito dessa questão, mas não é por esse motivo que as alegações da recorrente sobre esse tema haverá de subsistir, por conta do disposto na condição 10.6.1. Vejamos o que diz a regra do edital:

10.6.1. As licitantes, quando tributados pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, deverão cotar, na planilha de custos e formação de preços, as alíquotas médias efetivamente recolhidas, referentes aos últimos 12 (doze) meses anteriores à data de apresentação da proposta.

“10.6.1.1. A comprovação das alíquotas médias efetivas deverá ser feita no momento da repactuação ou da renovação contratual a fim de se promover os ajustes necessários.”

Com relação à alíquota do SAT/RAT, pontuamos que as págs. 20 e 24 das contrarrazões (doc 3278150) evidenciam RAT – Risco de acidentes do Trabalho em 3% e o FAP – Fator Acidentário de Prevenção em 0,50, assim não há inconsistência no cálculo da alíquota do RAT AJUSTADO de 1,50%. Nesse caso o cálculo é feito através da seguinte fórmula:

$$\text{RAT Ajustado} = \text{RAT} \times \text{FAP} > 3 \times 0,50 = 1,50$$

No recurso apresentado, licitante relata vícios na documentação de habilitação e que a recorrida deixou de apresentar uma série de documentos expressamente exigidos no edital, o que deveria ter ensejado sua inabilitação no certame e nessa linha intelectual cita as declarações catalogadas na condição 12.1.1 do edital.

Sobre o tema cabe ressaltar que, as declarações a que se refere o recorrente, são preenchidas no momento do cadastramento da proposta, sendo requisito indispensável para participação no certame; como se pode ver no RELATÓRIO DE DECLARAÇÕES nos documentos de habilitação (doc 3261054 pág 3). Noutra vertente os licitantes, caso tenham interesse, poderão acessar o Relatório de Declaração através do site www.gov.br/compras ou no momento da publicação no site da transparência deste Tribunal.

Quanto aos requisitos de habilitação apontados nas condições 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 cumpre ressaltar que os documentos, considerados como não apresentados pela recorrente, encontram-se presentes na **situação do fornecedor** emitida pelo SICAF (doc 3261054). Desse modo, informo que tais documentos serão disponibilizados no site da transparência do Tribunal. A certidão negativa de falência e concordata e a certidão negativa de tributos municipais foram encaminhadas pelo licitante através do "enviar anexo" do sistema e compras. O extrato que comprova o envio das certidões, também pode ser acessado através do Portal de Compras.

IV - DA CONCLUSÃO

Destarte, em nosso humilde entendimento, opinamos pelo não acolhimento do Recurso interposto pela empresa **GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS ESPECIALIZADOS EM MÃO DE OBRA LTDA.**, não deve prosperar refutando-se todos os argumentos ali elencados, devendo ser mantida como vencedora do certame a empresa a **SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA**

V- DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Posto isso, diante de tudo o quanto exposto, bem como diante das contrarrazões apresentadas pela empresa recorrida e com espeque nos princípios basilares da licitação pública, decido por admitir o presente recurso, para no mérito julgá-lo IMPROCEDENTE, mantendo a decisão de habilitação da empresa **SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA** e, conforme previsão 13.5 do Instrumento Editalício, faço subir o presente processo à Administração Superior para sua apreciação.

Salvador (BA), 01 de abril de 2025

Gilson Soares Conceição
Pregoeiro



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Soares da Conceição, Analista Judiciário**, em 01/04/2025, às 11:14, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.treba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3288358** e o código CRC **DF363503**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0017054-51.2024.6.05.8000
INTERESSADO : GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS ESPECIALIZADOS EM MÃO DE OBRA LTDA
ASSUNTO : Recurso -Pregão Eletrônico n.º 90052/2024

PARECER nº 138 / 2025 - PRE/DG/ASJUR1

1. Retornam a esta Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos os autos após decisão da Diretoria-Geral (doc. n.º 3244110) que, com fulcro no Parecer n.º 74/2025 (doc. n.º 3234132), acolheu parcialmente recurso apresentado pela GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS ESPECIALIZADOS EM MÃO DE OBRA LTDA contra a decisão do Agente de Contratação que habilitou a SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA como vencedora no Pregão n.º 90052/2024 e (doc.n.º 3220733).

2. Lastreado no referido opinativo, o Diretor-Geral desta Corte determinou a reabertura do procedimento licitatório, para adoção das providências recomendadas nos itens 7.2 e 7.3 do Parecer n.º 74/2025 (doc. n.º 3234132), com a indicação das inconsistências que deveriam ser corrigidas nas Planilhas de Custos e Formação de Preços da SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA, de acordo com a remuneração estabelecida na convenção coletiva, observada a carga horária prevista no edital, sem alteração do valor final da proposta da empresa.

3. Adotadas as medidas pertinentes, foi dado seguimento ao certame, com retorno à fase de julgamento, tendo sido, mais uma vez, a SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA. declarada vencedora.

4. Foi apresentado novo recurso pela GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS ESPECIALIZADOS EM MÃO DE OBRA LTDA (doc. n.º 3278142) que, em apertada síntese, sustentou que a proposta classificada é inexequível, apontado ainda a ausência de documentos de habilitação exigidos no instrumento convocatório.

4.1. A Recorrente alegou que a empresa declarada vencedora elaborou a sua Planilha de Preços e Formação de Custos adotando o regime desoneração da folha de pagamento (adotando alíquota de 4,50% a título de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta e zerando as alíquotas referentes aos encargos sociais do INSS), incompatível com os serviços que se pretende contratar, não estando elencados nos arts. 111 e 112 da IN RFB n.º 2110/2022. Assim, sustenta que a Recorrida deveria adotar para a elaboração da PCFP critério misto de recolhimento,

conforme previsto no art. 9º, § 1º, da Lei n.º 12.546/2011, tendo em vista que explora, concomitantemente, atividades que podem se sujeitar à desoneração e atividades não enquadradas no benefício.

4.1.1. Reproduziu, para reforçar a linha de entendimento sustentada, trecho do Parecer n.º 1/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU da Advocacia-Geral da União, arguindo que a contribuição patronal de que trata o art. 22, da Lei n.º 8.212/1991 deve incidir sobre as remunerações dos empregados colocados à disposição da Administração, ainda que não exerçam atividades sujeitas à desoneração da folha de pagamento.

4.1.2. Anotou que o Balanço patrimonial da SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA evidencia que, com a celebração do contrato, o faturamento decorrente de atividades não desoneradas deverá ultrapassar o limite de 5% da receita bruta da Recorrida, devendo tais mudanças ser contempladas na proposta de preços. Para demonstrar sua linha de inteligência, fez referência a Pregões realizados pelo Banco do Nordeste do Brasil, ressaltando que *"os preços unitários ofertados pela empresa poderão render ensejo a graves danos aos cofres do ente licitante, tendo em vista a afronta aos ditames legais"* e que *"a cotação de valor irrisório poderá, no decorrer do contrato, prejudicar a continuidade dos serviços, a qual poderá utilizar a provisão de verbas essenciais para adimplir a contribuição previdenciária cotada aquém do necessário"*.

4.1.3. Ao mencionar a retomada gradual da tributação sobre as folhas de pagamento, que deverá ocorrer durante a vigência do ajuste, nos termos da Lei n.º 14.973/2024, destacou que *"a ausência de uma provisão adequada para o INSS e a CPRB comprometerá substancialmente a capacidade financeira da SEC de cumprir com suas obrigações contratuais, especialmente considerando que esta empresa possui outros contratos sob o regime de desoneração, os quais também serão impactados pela reoneração dos mencionados encargos a partir de 2025"*.

4.2. A GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS ESPECIALIZADOS EM MÃO DE OBRA LTDA indicou equívocos nos cálculos do COFINS e do PIS, circunstância que, segundo seu entendimento, *"não pode, de forma alguma, ser tratada como um mero erro material ou equívoco de cálculo"*, tratando-se de *"uma estratégia deliberada da SEC para reduzir artificialmente o valor global de sua proposta"*. Apontou, ademais, vício relacionado à alíquota prevista para o Seguro Acidente de Trabalho, afirmando que *"a recorrida, com o propósito de ajustar a composição de seus custos ao valor global de sua proposta — que foi artificialmente reduzido —, diminuiu indevidamente determinadas rubricas, contrariando os próprios documentos por ela apresentados, achando que essa inconsistência passaria despercebida pela Administração e pelas demais concorrentes"*, razão pela qual a desclassificação da SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA seria medida impositiva, em prol do Princípio da Economia.

4.3. Afirmou que a Recorrida deixou de apresentar documentos de habilitação exigidos no instrumento convocatório e, por fim, requereu o provimento do recurso, com a desclassificação e inabilitação da SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA.

5. Em sede de Contrarrazões, a SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA indicou, como questão de ordem, a inexistência de fatos novos, vez que a GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS ESPECIALIZADOS EM MÃO DE OBRA LTDA. repetiu argumentos suscitados nas razões de irresignação anteriormente apresentadas, configurando abuso do direito de recorrer.

5.1. Alegou que não foi apresentado pela Recorrente estudo de viabilidade econômico-financeira que comprove a inexecutabilidade da sua proposta, havendo, ademais, outras licitantes que apresentaram preços próximos ao que ofertou. Ponderou ainda que os procedimentos realizados pelo Banco do Nordeste do Brasil não podem ser tomados como parâmetro *in casu*, vez que cada licitação possui características próprias.

5.2. Arguiu que o uso da desoneração da folha de pagamento é legal, vez que possui atividades principal e secundária que permitem a aplicação do referido regime, sustentando que a interpretação da Recorrente acerca da disposição do art. 9º, § 5º, da Lei n.º 12.546/2011 está descontextualizada, vez que se refere a empresas que possuem atividade mista, o que não seria seu caso, tendo em vista que detém a maior parte de sua receita em atividades desoneradas. Ao informar que sua atividade preponderante está na relação de atividades desoneradas, defendeu a adequação do regime, com fulcro na IN RFB n.º 2110/2022, que estabelece que estão sujeitos à contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB) as empresas que desenvolvem atividades relacionadas nos artigos 7º e 8º da Lei nº 12.546/2011, desde que a atividade preponderante da empresa esteja enquadrada no regime.

5.3. Afirmou que a reoneração progressiva não deverá tornar seu preço inexecutável, haja vista a previsão de reajuste contratual e tendo em vista a margem de segurança adotada nos custos indiretos e no lucro e a estratégia fiscal planejada.

5.4. Recorda que as contribuições relativas ao PIS e COFINS são retidas sobre os pagamentos efetuados pelo contratante, o que reduziria a sua carga tributária, indicando que eventuais ajustes não comprometeriam a executabilidade da sua proposta. Também sustentou que o SAT varia conforme o FAP e a estrutura fiscal da empresa, pelo que tal rubrica tampouco comprometeria a viabilidade do preço ofertado.

5.5. Por fim, asseverou que apresentou toda a documentação exigida, restando cumpridos todos os requisitos de habilitação, pugnando, portanto, pelo indeferimento do recurso.

6. O Pregoeiro, no documento n.º 3288358, entendeu que, apesar da boa fundamentação, o recurso não deve prosperar.

6.1. Acerca da discussão em torno do cabimento de adoção da desoneração da folha, reproduziu o entendimento exarado por esta Unidade de assessoramento no Parecer n.º 254/2023 (doc. nº 2381619), onde foi firmado que ainda que o objeto da

licitação não se enquadre no rol de atividades que autorizam a tributação diferenciada, a Lei nº 12.546/2011 admite a extensão do benefício às atividades secundárias das empresas que atuam nos segmentos definidos nos artigos 7º e 8º da norma.

6.2. O referido opinativo referendou que, desde que a receita auferida com as atividades secundárias não supere 5% da receita bruta total da empresa, as contribuições previdenciárias a cargo do empregador, que corresponderiam à incidência do percentual de 20% sobre a remuneração do profissional, poderão ser substituídas pela aplicação da alíquota de 4,5% incidente sobre o faturamento, recordando que a licitante é responsável pela veracidade das declarações fornecidas ao fisco, não competindo a este Tribunal averiguar a composição das receitas da empresa (quanto representa a parcela atinente a cada tipo de atividade desempenhada).

6.3. Quanto à exequibilidade da porposta, ponderou que o preço ofertado alcançou o percentual de 87,25% do valor orçado pela Administração, superior ao percentual 50%, referido na condição 11.4 do edital.

6.4. Afirmou não deter *expertise* para análise do mérito em torno dos percentuais a serem observados para o PIS e o COFINS, entendendo, entretanto, que, à vista das condições 10.6.1 e 10.6.1.1 do instrumento convocatório (que estabelecem que a comprovação das alíquotas médias deverá ser efetuada quando da renovação contratual), as alegações recursais quanto ao tema tampouco devem prosperar.

6.5. Quanto à alíquota do SAT/RAT, o Pregoeiro, indicando a fórmula para seu cálculo, referendou o índice ofertado pela Recorrida.

6.6. Por fim registrou que foram atendidas pela Recorrida todas as condições de habilitação, decidindo pela improcedência do recurso interposto.

6.7. O relatório foi juntado no documento n.º 3289342.

7. A análise da Planilha de Custos e Composição de Preços deve ser realizada durante o procedimento licitatório, a fim de viabilizar a adequada análise da exequibilidade da proposta, resguardando a Administração de futuros inadimplementos na fase contratual e evitar o sobrepreço de custos unitários ou a prática do chamado "jogo de planilha". Ademais, a PCFP é também instrumento de gestão de ajuste, pelo que releva a adequação dos dados lançados.

7.1. Tendo em vista a especificidade do tema argumentado nas razões recursais, que trata de elementos relativos à matéria tributária/fiscal, sugerimos que, preliminarmente, *ad cautelam*, que a PCFP seja analisada pela Unidade técnica competente deste Regional, face os argumentos apresentados no documento n.º 3220733.

É o parecer.



Documento assinado eletronicamente por **Cláudia Nascimento Costa, Analista Judiciário**, em 04/04/2025, às 11:16, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trbajus.br/autenticar> informando o código verificador **3291704** e o código CRC **7FA78842**.

0017054-51.2024.6.05.8000

3291704v53



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO - PRE/DG/SGA

PROCESSO: SEI nº 0017054-51.2024.6.05.8000

LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 90052/2024 - TRE/BA

RECORRENTE: Gestor Serviços Empresariais Especializados em Mão de Obra, Gestão de Recursos Humanos e Limpeza LTDA

RECORRIDA: SEC Serviços de Mão de Obra Temporária LTDA

A empresa Gestor Serviços Empresariais interpôs recurso administrativo questionando a classificação da proposta da empresa SEC Serviços de Mão de Obra Temporária LTDA, sob alegações de inexecutabilidade decorrente da adoção do regime de desoneração da folha (CPRB) e da suposta subestimação das alíquotas de PIS e COFINS no regime de apuração não-cumulativa, além de cotar de alíquota inferior do que a devida para o Seguro Acidente de Trabalho (Riscos Ambientais do Trabalho).

I - IMPOSSIBILIDADE DA DESONERAÇÃO EM RAZÃO DO OBJETO LICITADO NÃO SE ENQUADRAR ENTRE AS ATIVIDADES PASSÍVEIS DE DESONERAÇÕES.

A Recorrente alega que a Recorrida não poderia beneficiar-se da substituição da contribuição patronal (incidente sobre a folha de pessoal) pela Contribuição Patronal Sobre a Receita Bruta, instituto conhecido como desoneração, pelas seguintes razões:

1) O objeto da licitação não se enquadram em nenhuma das atividades sujeitas à desoneração.

Ora, esse argumento é descabido. O que vai determinar se a empresa pode aderir à desoneração da folha não é o objeto do contrato, mas é a condição de exercer atividades (CNAE) abrangidas pelos setores listados na legislação específica que trata da desoneração. Senão vejamos:

Estabelece a Lei 12.546/2011, o seguinte:

Art. 7º Até 31 de dezembro de 2024, poderão contribuir, com aplicação das alíquotas previstas no art. 7º-A, sobre o valor da receita bruta, excluídos as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição total às contribuições previstas nos [incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991: \(Redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024\)](#)

I - as empresas que prestam os serviços referidos nos §§ 4º e 5º do art. 14 da Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008 ; (Incluído pela Lei nº 12.715, de 2012) (Produção

de efeito e vigência)

~~II – as empresas do setor hoteleiro enquadradas na subclasse 5510-8/01 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 2.0; (Incluído pela Lei nº 12.715, de 2012) (Produção de efeito e vigência) (Revogado pela Lei nº 13.670, de 2018) (Vigência)~~

III - as empresas de transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal, intermunicipal em região metropolitana, intermunicipal, interestadual e internacional enquadradas nas classes 4921-3 e 4922-1 da CNAE 2.0 . (Incluído pela Lei nº 12.715, de 2012) Produção de efeito e vigência

IV - as empresas do setor de construção civil, enquadradas nos grupos 412, 432, 433 e 439 da CNAE 2.0; (Incluído pela Lei nº 12.844, de 2013) (Vigência)

V - (VETADO); (Incluído pela Lei nº 12.794, de 2013)

V - as empresas de transporte ferroviário de passageiros, enquadradas nas subclasses 4912-4/01 e 4912-4/02 da CNAE 2.0; (Redação dada pela Lei nº 12.844, de 2013) (Vigência)

VI - (VETADO); (Incluído pela Lei nº 12.794, de 2013)

VI - as empresas de transporte metroferroviário de passageiros, enquadradas na subclasse 4912-4/03 da CNAE 2.0; (Redação dada pela Lei nº 12.844, de 2013) (Vigência)

VII - (VETADO); (Incluído pela Lei nº 12.794, de 2013)

VII - as empresas de construção de obras de infraestrutura, enquadradas nos grupos 421, 422, 429 e 431 da CNAE 2.0. (Redação dada pela Lei nº 12.844, de 2013) (Vigência)

~~§ 1º Durante a vigência deste artigo, as empresas abrangidas pelo caput e pelos §§ 3º e 4º deste artigo não farão jus às reduções previstas no caput do art. 14 da Lei nº 11.774, de 2008. (Revogado pela Medida Provisória nº 774, de 2017) (Produção de efeito) (Vigência encerrada) (Vide Medida Provisória nº 794 de 2017) (Vigência encerrada)~~

§ 4º O disposto neste artigo aplica-se também às empresas prestadoras dos serviços referidos no § 5º do art. 14 da Lei nº 11.774, de 2008. (Revogado pela Medida Provisória nº 563, de 2012) (Vigência) (Revogado pela Lei nº 12.715, de 2012) Produção de efeito e vigência

§ 5º (VETADO).

§ 6º No caso de contratação de empresas para a execução dos serviços referidos no caput , mediante cessão de mão de obra, na forma definida pelo art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e para fins de elisão da responsabilidade solidária prevista no inciso VI do art. 30 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a empresa contratante deverá reter 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) do valor bruto da nota fiscal ou da fatura de prestação de serviços. (Redação dada pela Lei nº 12.995, de 2014)

§ 9º Serão aplicadas às empresas referidas no inciso IV do caput as seguintes regras: (Incluído pela Lei nº

12.844, de 2013)

VI – para obras matriculadas no Cadastro Específico do INSS (CEI) a partir de 1º de dezembro de 2015, a contribuição previdenciária poderá incidir sobre a receita bruta, na forma do caput e do art. 9º-A, ou sobre a folha de pagamento, na forma prevista nos [incisos I a III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#), de acordo com a opção, até o seu término, observado o disposto no art. 9º-B. [\(Incluído pela Lei nº 14.973, de 2024\)](#)

Art. 7º-A. A alíquota da contribuição sobre a receita bruta prevista no art. 7º será de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento), exceto para as empresas de call center referidas no inciso I, que contribuirão à alíquota de 3% (três por cento), e para as empresas identificadas nos incisos III, V e VI, todos do caput do art. 7º, que contribuirão à alíquota de 2% (dois por cento). [\(Redação dada pela Lei nº 13.202, de 2015\) \(Vigência\)](#)

Uma rápida análise dos CNAEs secundários da Recorrida, bem como de sua documentação de habilitação, revela que ela possui, sim, atividades que a enquadram entre os setores beneficiados pela desoneração da folha, nos termos da legislação vigente, tais como: teleatendimento (call center), serviços de TI e obras de engenharia.

2) A Recorrida desenvolve atividades desoneradas e não desoneradas em paralelo, e por isso, não poderia usufruir do benefício legal da substituição da contribuição patronal pela CPRB.

Esse argumento também não se sustenta, e o embasamento está na **Lei nº 12.546/2011**, mais especificamente no **art. 8º, §1º, II, a**, que dispõe:

"Art. 8º Até 31 de dezembro de 2024, poderão contribuir, com aplicação das alíquotas previstas no art. 8º-A, sobre o valor da receita bruta, excluídos as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição total às contribuições previstas nos [incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#): [\(Redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024\)](#)"

[...]

§ 1º O disposto no caput : [\(Incluído pela Lei nº 12.715, de 2012\) Produção de efeito e vigência](#)

[...]

II - Não se aplica:

a) a empresas que se dediquem a outras atividades, além das previstas no caput, cuja receita bruta decorrente dessas outras atividades seja igual ou superior a 95% (noventa e cinco por cento) da receita bruta total; e [\(Incluída pela Lei nº 12.715, de](#)

Ou seja, o simples fato de a empresa exercer **atividades mistas** (desoneradas e não desoneradas) **não impede a fruição do benefício fiscal**. O que a legislação afasta, nesse caso, é a adoção do instituto pela empresa que exerce atividades não abrangidas pela desoneração que gere renda igual ou superior a 95% da receita bruta. *Contrario sensu*, se a empresa desenvolve atividades não abrangidas pela desoneração que gere receita inferior a 95% da receita bruta total, ela poderá usufruir do benefício fiscal.

Portanto, ao contrário do que sustenta a parte contrária, **a coexistência de atividades distintas não afasta o direito à desoneração parcial**, desde que cumprido o dever de segregação. Tal interpretação tem sido amplamente aceita pelos tribunais e pela fiscalização tributária.

Mais uma vez, analisando a documentação apresentada pela Licitante Recorrida, vemos que ela está há pelo menos um ano (data do documento) usufruindo do benefício fiscal da desoneração pelo CNAE da atividade preponderante, conforme declaração apresentada à Receita Federal (doc. 3259261).

Não me parece coerente exigir da Administração a averiguação da regularidade ou veracidade da declaração feita à Receita Federal pela licitante, da mesma forma que não lhe cabe analisar os lançamentos contábeis, constantes dos livros contábeis da empresa, para verificar se estão refletidos nas demonstrações contábeis apresentadas para fins de qualificação econômico-financeira. Entender de forma diversa é crer que o órgão licitante precisaria manter uma unidade contábil exclusivamente para analisar os documentos gerados na licitações, além de aceitar que os procedimentos seriam intermináveis e extremamente custosos.

3) Ainda sobre o exercício em paralelo de atividades oneradas e desoneradas, a Recorrente argumenta:

"Feitas essas considerações, deve-se verificar que, conforme informações constantes do balanço patrimonial apresentado pela SEC, esta realizou sim atividades não desoneradas cujo faturamento decorrente ultrapassou o limite de 5% da sua receita bruta total."

"Diante do exposto, cumpre que a proposta ofertada pela empresa SEC seja desclassificada, pois a execução do contrato decorrente do presente pregão fará com que a empresa supere o limite de 5% da receita bruta com faturamento de atividade não contemplada pelo regime de desoneração da folha, devendo adotar para esses serviços a contribuição sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais pela prestação de serviços em todas as atividades da empresa declarada vencedora do certame."

Embora a Recorrente não esteja equivocada quanto à interpretação da norma, erra ao afirmar que da análise do Balanço Patrimonial da Recorrida inferiu que ela ultrapassou o percentual de 5% da receita bruta com atividades desoneradas.

Com efeito, o contribuinte que exerce atividades sujeitas à desoneração em paralelo com atividades não desoneradas, deverá contribuir pelo regime misto (folha de pessoa e receita bruta) quando a receita de atividades não desoneradas ultrapassar 5% da receita bruta total. Senão vejamos,

Art. 9º Para fins do disposto nos arts. 7º e 8º desta Lei: [\(Regulamento\) \(Vide Medida Provisória nº 1.202, de 2023\) Produção de efeitos \(Vide Medida Provisória nº 1.208, de 2024\)](#)

[...]

§ 1º No caso de empresas que se dedicam a outras atividades além das previstas nos arts. 7º e 8º, o cálculo da contribuição obedecerá: [\(Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014\)](#)

I - ao disposto no caput desses artigos quanto à parcela da receita bruta correspondente às atividades neles referidas; e [\(Incluído pela Lei nº 12.715, de 2012\) Produção de efeito e vigência](#)

II - ao disposto no [art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#), reduzindo-se o valor da contribuição dos incisos I e III do **caput** do referido artigo ao percentual resultante da razão entre a receita bruta de atividades não relacionadas aos serviços de que tratam o **caput** do art. 7º desta Lei ou à fabricação dos produtos de que tratam os incisos VII e VIII do **caput** do art. 8º desta Lei e a receita bruta total. [\(Redação dada pela Lei nº 13.670, de 2018\)](#)

[...]

§ 5º O disposto no § 1º aplica-se às empresas que se dediquem a outras atividades, além das previstas nos arts. 7º e 8º, somente se a receita bruta decorrente de outras atividades for superior a 5% (cinco por cento) da receita bruta total. [\(Incluído pela Lei nº 12.715, de 2012\) Produção de efeito e vigência](#)

Há de se considerar que foi uma proeza e tanto o fato de a Recorrente conseguir inferir da análise do Balanço Patrimonial da Recorrida que as atividades não sujeitas à desoneração superam esse percentual legal, considerando que **o Balanço Patrimonial apresenta os valores totais das contas contábeis**, ou seja, ele traz **os saldos finais consolidados** de cada conta ou grupo de contas, **sem detalhamento** das movimentações internas que geraram esses saldos. O Balanço Patrimonial é uma **fotografia da posição patrimonial e financeira da entidade**, construída a partir dos lançamentos contábeis registrados ao longo do exercício financeiro.

Nem mesmo uma análise da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), que é um resumo financeiro que mostra se a empresa teve lucro ou prejuízo ao longo de um determinado período (normalmente um ano), listando **receitas, custos e despesas** de forma organizada e sequencial, poderia oferecer esse resultado à Recorrente, uma vez que também na DRE as contas são agrupadas.

A única forma de a Recorrente chegar a essa conclusão seria analisar os livros contábeis da Recorrida, que estou certo de que ela não teve acesso.

Aqui cabem as mesmas ponderações feitas no item anterior:

Mais uma vez analisando a documentação apresentada pela Licitante Recorrida, vemos que ela está há pelo menos um ano usufruindo do benefício fiscal da desoneração pelo CNAE da atividade preponderante, conforme declaração apresentada à Receita Federal (doc. 3259261).

Não me parece coerente exigir da Administração a averiguação da regularidade ou veracidade da declaração feita à Receita Federal pela licitante, da mesma forma que não lhe cabe analisar os lançamentos contábeis, constantes dos livros contábeis da empresa, para verificar se estão regularmente refletidos nas demonstrações contábeis apresentadas para a qualificação econômico-financeira. Entender de forma diversa é crer que o órgão licitante precisaria manter uma unidade contábil exclusivamente para analisar os documentos gerados na licitação, além de aceitar que os procedimentos seriam intermináveis e extremamente custosos.

4) Em decorrência da reoneração escalonada da folha de pagamento (Lei nº 14.973/2024), a Recorrida ficaria impossibilitada de cumprir com suas obrigações contratuais.

A Recorrente ainda alega, para fundamentar seus argumentos, que, por meio da Lei nº 14.973/2024, foi estendida a desoneração da folha, que anteriormente era até 31.12.2024, instituindo um regime de transição até o encerramento definitivo. Com esses argumentos, tenta demonstrar que com o aumento gradual da tributação sobre as folhas de pagamento, até 2028, quando será onerada integralmente, a proposta da Licitante Recorrida não seria exequível a longo prazo, especialmente por contar com contratos sob o regime da desoneração, os quais serão impactados pela reoneração dos mencionados encargos a partir de 2025.

Contudo, esses argumentos também não se sustentam.

Com efeito, a Licitante Recorrida utilizou-se de uma faculdade legal, qual seja, desonerar sua folha de pagamento, **tudo em conformidade com os ditames normativos vigentes em 2024, ano da apresentação de proposta.** Provável reoneração da folha resultará na possibilidade de a Recorrida solicitar reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, uma vez que essa alteração do *status quo* não foi uma opção sua mas uma determinação legal.

Pensar de modo diverso, seria entender que a proposta da licitante, apresentada em 2024, e apenas detalhada por meio de planilha de composição de preços em 2025, também deveria considerar os novos pisos salariais da Convenção Coletiva 2025 - 2026. Nem a Recorrida, nem a Recorrente, ou qualquer outra participante conseguiria ofertar proposta válida nesses termos, vez que não seria igual ou menor ao preço da Administração.

5) Alíquota do PIS e da COFINS menores do que o efetivamente devida pela Recorrida

A Recorrente alega, ainda, que os percentuais de alíquotas para o PIS e para a COFINS foram deliberadamente reduzidos pela recorrida, a fim de reduzir artificialmente o valor de sua proposta.

Informa, assim, que a Recorrida apresentou as seguintes alíquotas para as contribuições federais:

PIS - 0,03%

COFINS - 0,15%

Por seu turno, a Recorrente alega que elas deveriam ser:

PIS - 0,05%
COFINS - 0,25%.

Conforme declaração presente nos autos (documento exigido no Edital), a Recorrida informa estar sujeito ao regime da não-cumulatividade para a COFINS e o PIS. Isso significa, em termos práticos, que:

A. Alíquotas aplicáveis

No regime **não-cumulativo**, as alíquotas **são maiores**, mas é possível **compensar créditos** gerados nas aquisições/prestações de serviços:

PIS: 1,65%

COFINS: 7,6%

B. Como funciona na prática?

Paga-se essas alíquotas **sobre a receita bruta, mas pode abater créditos** de PIS/COFINS de:

Materiais de revenda (se forem tributados)

Despesas com insumos (no caso de indústria ou produção)

Energia elétrica

Aluguéis pagos a PJ

Serviços contratados de PJ

Depreciação de bens usados na atividade

Ou seja, **calcula-se o valor devido, mas reduz usando créditos permitidos.**

Um exemplo prático para melhor elucidação:

Receita bruta do mês:

R\$ **500.000,00**

Alíquotas:

PIS: 1,65% → R\$ 8.250,00

COFINS: 7,6% → R\$ 38.000,00

Total sem créditos: R\$ 46.250,00

Créditos

Tipo de Despesa	Valor da despesa	PIS (1,65%)	COFINS (7,6%)

Compra de insumos	R\$ 250.000,00	R\$ 4.125,00	R\$ 19.000,00
Energia elétrica	R\$ 100.000,00	R\$ 1.650,00	R\$ 7.600,00
Serviços técnicos	R\$ 90.000,00	R\$ 1.485,00	R\$ 6.840,00
Aluguéis pagos a PJ	R\$ 55.000,00	R\$ 907,50	R\$ 4.180,00
TOTAIS	R\$ 495.000,00	R\$ 8.167,50	R\$ 37.620,00

Importante ressaltar que a apuração das contribuições ao PIS e à COFINS, no regime da não cumulatividade, previsto no **art. 1º da Lei nº 10.637/2002** (PIS) e no **art. 1º da Lei nº 10.833/2003** (COFINS), adota a sistemática do denominado método “imposto contra imposto”. Tal metodologia consiste na apuração dos débitos mediante a aplicação das alíquotas legais sobre a receita bruta auferida. Por sua vez, os créditos passíveis de desconto são calculados com base na aplicação das mesmas alíquotas sobre os dispêndios expressamente admitidos pela legislação, conforme previsto no **art. 3º, §1º, de ambas as leis supracitadas**.

Resumindo:

Valor a pagar

PIS: → R\$ 8.250,00 - R\$ 8.167,50 = R\$ 82,50

COFINS: → R\$ 38.000,00 - R\$ 37.620,00 = R\$ 380,00

Alíquota efetiva

PIS: → $82,50 / 500.000,00 \times 100 = 0,02\%$

COFINS: → $380,00 / 500.000,00 \times 100 = 0,08\%$

Isso significa que essas alíquotas serão a mesma durante o exercício financeiro? Não, porque a cada período de apuração poderá haver mais ou menos créditos a serem compensados.

Eventuais erros de cálculos, se existentes, por sua insignificância (0,03/0,05 - 0,15/0,25 = R\$ 4.600,00, para toda a vigência contratual), devem ser tidos como meros erros materiais, cujo tratamento já foi dado pelo instrumento convocatório (Itens 10.10 e 10.11).

6) Vícios relacionados com a indicação do percentual do Seguro Acidente de Trabalho/Riscos Ambientais de Trabalho e Fator Acidentário de Prevenção.

A alíquota do RAT (ou SAT) — que é a Contribuição ao Seguro

de Acidente de Trabalho — segue sim a atividade preponderante da empresa, conforme definido pelo **Decreto nº 3.048/1999**, que regulamenta a Previdência Social.

De acordo com o **art. 72, §1º** do Decreto nº 3.048/1999:

“Considera-se atividade preponderante aquela que ocupa, em cada estabelecimento da empresa, o maior número de segurados empregados e trabalhadores avulsos.”

E mais:

“A alíquota do RAT será determinada em função do grau de risco da atividade preponderante, conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.”

Como funciona na prática:

O grau de risco (leve, médio ou grave) é atribuído conforme o **CNAE da atividade preponderante**, com alíquotas de:

1% para risco leve

2% para risco médio

3% para risco grave

Essa alíquota **pode ainda ser ajustada** pelo FAP (Fator Acidentário de Prevenção), que considera o histórico de acidentes da empresa.

O RAT acompanha a atividade preponderante do estabelecimento, e não todas as atividades exercidas. A empresa deve identificar, com base na quantidade de empregados por atividade, qual é a principal — e é sobre ela que se determina a alíquota aplicável.

Mais uma vez conveniente apontar que existe documentação nos autos apta a comprovar a alíquota indicada pela Recorrida (doc. 3278150, fls. 20/24).

Com essas considerações devolvo os autos à **ASSESD**.

Antônio Moisés Almeida Braga
Secretário de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Moisés Almeida Braga, Secretário**, em 09/04/2025, às 12:34, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trbajus.br/autenticar> informando o código verificador **3296412** e o código CRC **0AF42450**.

0017054-51.2024.6.05.8000

3296412v51



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0017054-51.2024.6.05.8000
INTERESSADO : GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS ESPECIALIZADOS EM MÃO DE OBRA LTDA
ASSUNTO : Recurso -Pregão Eletrônico n.º 90052/2024

PARECER nº 152 / 2025 - PRE/DG/ASJUR1

1. Em atendimento à diligência sugerida no item 7.1 do Parecer n.º 138/2025 (doc. n.º 3291704), o Secretário de Gestão Administrativa deste Regional, no documento n.º 3296412, efetuou, à luz das razões recursais apresentadas pela GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS ESPECIALIZADOS EM MÃO DE OBRA LTDA, a análise técnica da planilha apresentada pela SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA.

2. Não tendo sido apontadas quaisquer inconsistências no aludido documento, cumpre, com base explanações apresentadas pela SGA, opinar pela **improcedência do Recurso**, na mesma linha de inteligência sustentada pelo Pregoeiro no documento n.º 3288356, para manter a decisão que habilitou a Recorrida.

3. Calha obtemperar que a SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA. foi signatária, com este Regional, do Contrato n.º 106/2022, para a prestação de serviços terceirizados de apoio ao atendimento ao cliente, com cessão de mão de obra residente, para alocação de postos de trabalho de Atendente I, Atendente II, Atendente III, Telefonista, Auxiliar de Supervisão e Supervisor, para atuação nos serviços de atendimento ao público na Central de Atendimento ao Público (CAP), no Núcleo de Atendimento Remoto ao Eleitor (NAVE), na Ouvidoria e nas unidades de atendimento ao eleitor nos Serviços de Atendimento ao Cidadão - SAC (SAC Shopping Barra, SAC Cajazeiras, SAC Comércio e SAC Periperi), do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, em Salvador/BA e que, no bojo do Processo SEI n.º 0015155-18.2024.6.05.8000, foram relatadas diversas intercorrências, podendo o procedimento de apuração de responsabilidade contratual ora mencionado culminar na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, considerando a gravidade dos inadimplementos noticiados, mormente os relacionados ao atraso de salários e outras verbas trabalhistas, FGTS e contribuições sociais.

3.1. Com efeito, está ainda em tramitação o Processo SEI n.º 0008844-79.2022.6.05.8000, no qual já foi efetuada a rescisão unilateral do referido ajuste, com fundamento no artigo 78, I e II, da Lei nº 8.666/93 (doc. n.º 3297771), em conformidade com o entendimento esposado no Parecer n.º 121/2025 (doc. n.º 3270939), de nossa lavra, tendo em vista ocorrências contratuais que podem indicar a incapacidade econômico-financeira da empresa para gerir o negócio celebrado com o TRE-BA.

3.2. Notificada, a SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA. apresentou sua irresignação com os moldes nos quais foi desfeito o contrato, aduzindo que vem cumprindo satisfatoriamente todas as obrigações assumidas e que a notificação recebida tratava de rescisão em virtude da conclusão de novo procedimento licitatório (doc. n.º 3301610).

3.3. A SECONT, no documento n.º 3301659, esclareceu que, em um primeiro momento, realizou a notificação com vistas à rescisão amigável do ajuste, indicando a cláusula de rescisão antecipada como motivo para tanto. Esclareceu, entretanto, que, após o opinativo encartado no documento 3241082, renovou a notificação (doc. n.º 3242508), que foi recebida pela Contratada (doc. n.º 3258109). Todavia, registrou que não foi devolvido o AR da notificação posterior (doc. n.º 3274325), expedida em conformidade com as recomendações no documento n.º 3270939.

3.4. Assim, cumpre-nos destacar que, a despeito de não haver, até o presente momento, impeditivo de celebração de ajuste com a Recorrida, caso o negócio chegue a ser formalizado, a fiscalização do ajuste deverá registrar quaisquer ocorrências que possam evidenciar risco de solução de continuidade da prestação dos serviços, mormente tendo em vista que providências paliativas, como o pagamento direto de empregados do particular pela Administração, somente devem ser adotadas de forma excepcional.

É o parecer.



Documento assinado eletronicamente por **Cláudia Nascimento Costa, Analista Judiciário**, em 11/04/2025, às 10:45, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3302483** e o código CRC **65C7F9BC**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

DECISÃO nº 3310100 / 2025 - PRE/DG/ASSED

Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de empresa para prestação contínua de serviços terceirizados, com cessão de mão de obra residente, de apoio administrativo e com fornecimento de materiais e equipamentos necessários para a execução do serviço de preparação e digitalização de documentos, atendimento de clientes internos e externos, e alocação de postos de trabalho de Auxiliar Administrativo, Assistente de Rotinas Administrativas, Gerente e Subgerente de Serviços e Estatístico, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 52/2024 (documento n.º 3122991).

Após continuidade da sessão pública, com a reabertura do certame, decorrente da decisão desta Unidade Diretiva (documento n.º 3244110), de acordo com as etapas previstas no instrumento convocatório, houve interposição de recurso pela empresa **GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS ESPECIALIZADOS EM MÃO DE OBRA LTDA.**

Após análise da peça recursal e contrarrazões (documentos n.ºs 3278142 e 3278150), o Pregoeiro designado manifestou-se pela improcedência do recurso, conforme manifestação acostada em documento n.º 3288358.

Em decorrência da diligência solicitada no Parecer n.º 138/2025 (doc. n.º 3291704), da ASJUR1, a Unidade Técnica (SGA) se manifestou no documento n.º 3296412.

Assim, a ASJUR1 se pronunciou conclusivamente mediante Parecer n.º 152/2025 (doc. n.º 3302483), nos seguintes termos:

“1. Em atendimento à diligência sugerida no item 7.1 do Parecer n.º 138/2025 (doc. n.º 3291704), o Secretário de Gestão Administrativa deste Regional, no documento n.º 3296412, efetuou, à luz das razões recursais apresentadas pela GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS ESPECIALIZADOS EM MÃO DE OBRA LTDA, a análise técnica da planilha apresentada pela SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA.

2. Não tendo sido apontadas quaisquer inconsistências no aludido documento, cumpre, com base explicações apresentadas pela SGA, opinar pela improcedência do Recurso, na mesma linha de inteligência sustentada pelo Pregoeiro no documento n.º 3288356, para manter a

decisão que habilitou a Recorrida.

3. Calha obter-se que a SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA. foi signatária, com este Regional, do Contrato n.º 106/2022, para a prestação de serviços terceirizados de apoio ao atendimento ao cliente, com cessão de mão de obra residente, para alocação de postos de trabalho de Atendente I, Atendente II, Atendente III, Telefonista, Auxiliar de Supervisão e Supervisor, para atuação nos serviços de atendimento ao público na Central de Atendimento ao Público (CAP), no Núcleo de Atendimento Remoto ao Eleitor (NAVE), na Ouvidoria e nas unidades de atendimento ao eleitor nos Serviços de Atendimento ao Cidadão - SAC (SAC Shopping Barra, SAC Cajazeiras, SAC Comércio e SAC Periperi), do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, em Salvador/BA e que, no bojo do Processo SEI n.º 0015155-18.2024.6.05.8000, foram relatadas diversas intercorrências, podendo o procedimento de apuração de responsabilidade contratual ora mencionado culminar na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, considerando a gravidade dos inadimplementos noticiados, mormente os relacionados ao atraso de salários e outras verbas trabalhistas, FGTS e contribuições sociais.

3.1. Com efeito, está ainda em tramitação o Processo SEI n.º 0008844-79.2022.6.05.8000, no qual já foi efetuada a rescisão unilateral do referido ajuste, com fundamento no artigo 78, I e II, da Lei nº 8.666/93 (doc. n.º 3297771), em conformidade com o entendimento esposado no Parecer n.º 121/2025 (doc. n.º 3270939), de nossa lavra, tendo em vista ocorrências contratuais que podem indicar a incapacidade econômico-financeira da empresa para gerir o negócio celebrado com o TRE-BA.

3.2. Notificada, a SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA. apresentou sua irrisignação com os moldes nos quais foi desfeito o contrato, aduzindo que vem cumprindo satisfatoriamente todas as obrigações assumidas e que a notificação recebida tratava de rescisão em virtude da conclusão de novo procedimento licitatório (doc. n.º 3301610).

3.3. A SECONT, no documento n.º 3301659, esclareceu que, em um primeiro momento, realizou a notificação com vistas à rescisão amigável do ajuste, indicando a cláusula de rescisão antecipada como motivo para tanto. Esclareceu, entretanto, que, após o opinativo encartado no documento 3241082, renovou a notificação (doc. n.º 3242508), que foi recebida pela Contratada (doc. n.º 3258109). Todavia, registrou que não foi devolvido o AR da notificação posterior (doc. n.º 3274325), expedida em conformidade com as recomendações no documento n.º 3270939.

3.4. Assim, cumpre-nos destacar que, a despeito de não haver, até o presente momento, impeditivo de celebração de ajuste com a Recorrida, caso o negócio chegue a ser formalizado, a fiscalização do ajuste deverá registrar quaisquer ocorrências que possam evidenciar risco de solução de continuidade da prestação dos serviços, mormente tendo em vista que providências paliativas, como o pagamento direto de empregados do particular pela Administração, somente devem ser adotadas de forma excepcional.” (grifos originais e aditados)

Deste modo, lastreado nos pareceres n.ºs 138 e 152/2025, exarados pela ASJUR1, bem como manifestação da SGA, documento n.º 3296412, os quais acolho e que passam a integrar a presente decisão, com amparo no art. 143, VIII, da Resolução Administrativa n.º 27/2024, **nego provimento** ao recurso interposto pela empresa **GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS ESPECIALIZADOS EM MÃO DE OBRA LTDA.**, mantendo-se, por consequência, a decisão do Pregoeiro (doc. n.º 3288358).

No mais, considerando a análise de regularidade do pregão realizada pela ASSESD (doc. n.º 3308471), com fundamento no art. 71, IV e 90 da Lei n.º 14.133/2021 e nas atribuições do art. 143, V, da Resolução Administrativa n.º 27/2024, **ADJUDICO** o item da licitação à empresa **SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA.**, CNPJ 33.282.182/0001-90, pelo valor total de **R\$3.799.915,63** (três milhões, setecentos e noventa e nove mil novecentos e quinze reais e sessenta e três centavos), e **HOMOLOGO** o Pregão Eletrônico n.º 52/2024, determinando a convocação da empresa adjudicatária para assinatura do contrato, de acordo com o Termo de Julgamento acostado no documento n.º 3261063.

Assim posto, encaminhe-se, simultaneamente:

- ao NUP, para conhecimento e providências.
- à SOF, para emissão de empenho.
- à SGA, para formalização do ajuste e demais providências, **bem como conhecimento da unidade demandante em especial quanto ao disposto no Parecer n.º 152/2025.**

RAIMUNDO VIEIRA
Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 22/04/2025, às 13:26, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.treba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3310100** e o código CRC **BA7C53F3**.